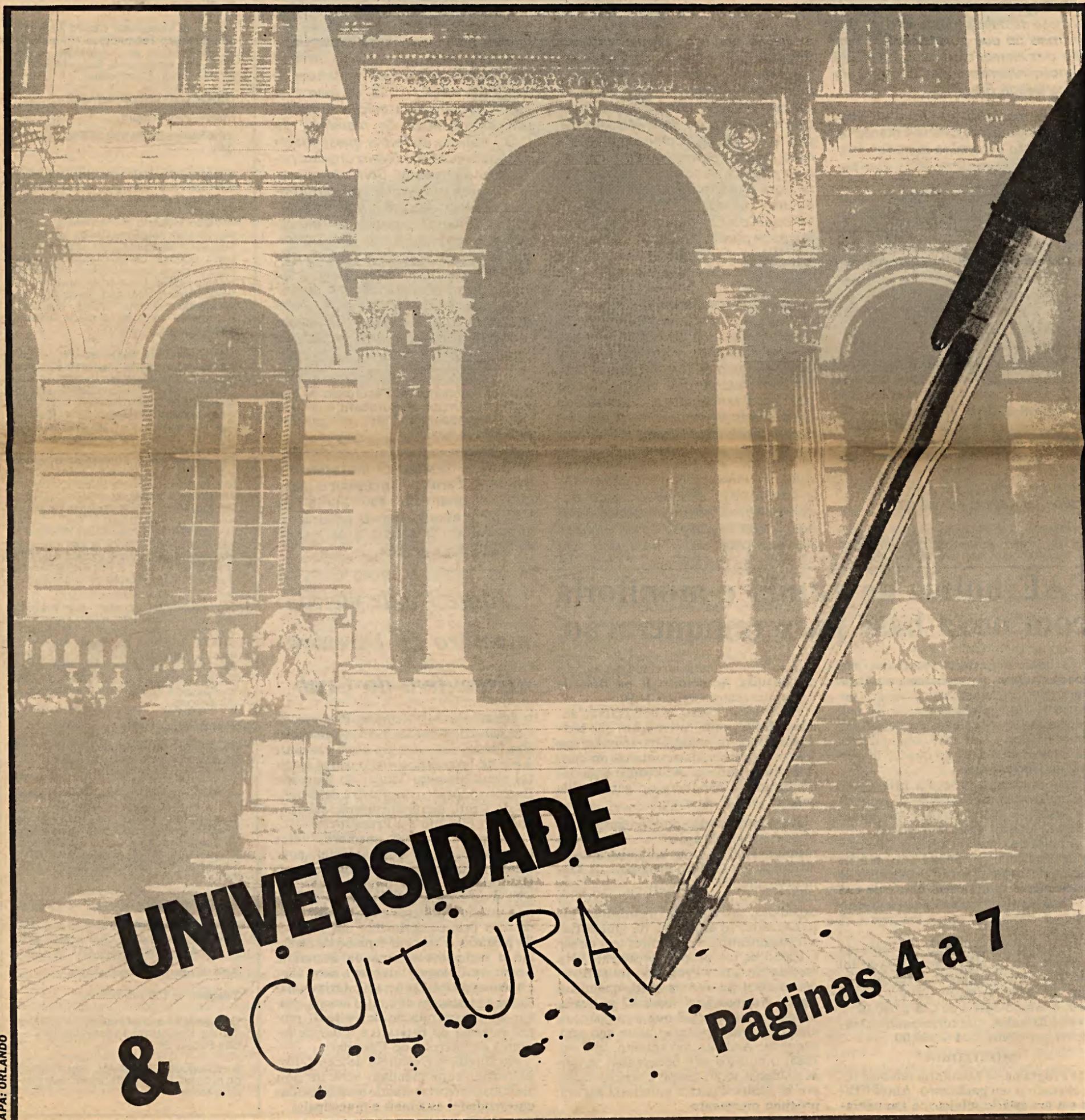


**Jornal da**

# unesp

Universidade Estadual Paulista  
Abril/1987  
Ano II — nº 14



CAPA: ORLANDO



# Informação e Avaliação

HAMILTON R. PEREIRA

Mais um golpe escamoteado está em pleno desenvolvimento contra a Universidade Pública, com a complacência e, em alguns casos, com a ingênua colaboração dos meios universitários públicos. Trata-se da tal "Avaliação" do MEC. Hoje jogada na mesa de discussões, vem cativando, mais do que polarizando, a opinião dos elementos envolvidos com o encaminhamento dos destinos da Universidade Brasileira.

O mesmo MEC que há anos vem estimulando e/ou calando diante da proliferação do ensino superior mercantilizado; o mesmo MEC que elaborou o GERES; o MEC que faz vistas grossas à depauperação sócio-econômica de seus docentes e funcionários; pois este MEC acaba de fazer um apelo cristão à consciência dos universitários para que exponham suas mazelas e, o que é pior, cumprem a penitência de dispor de recursos conforme a "avaliação" elaborada pelos órgãos ministeriais (isto nunca é declarado). O subsecretário de Política de Educação Superior do MEC, prof. Ruy Vieira, confirmou ao C.O. que a referida avaliação será voluntária a cada instituição — faz quem quer. Uma suposição nossa é a de que poderá ser beneficiada por recursos aquela instituição que, pelo menos, se submeter à proposta do ministério. Parece ser esta também a visão dos nossos dirigentes.

Jogado o balão de ensaio da discussão, não ouvimos nenhum co-

mentário mais contundente de que este será o critério norteador da ação do MEC em sua política de administração do ensino superior no Brasil; se a partir de então a distribuição de vagas públicas e privadas será pelo menos reequilibrada; se o GERES será revisto; se acabará o apaniguamento político nas medidas adotadas em relação ao ensino superior. Sabendo que será pouco provável a avaliação das escolas mercantilistas (lembrar que a avaliação é voluntária) cabe-nos supor que o desdobramento da "Avaliação" será a inevitável comparação entre as insuficiências e deficiências das escolas públicas e privadas, colocadas ambas num mesmo patamar diante da opinião pública, sendo esquecidos nesta hora a indiscutível superioridade de uma sobre a outra e o intransferível papel do Estado na subvenção de recursos para a educação de seu povo — isso sim é bem coerente com as medidas até então adotadas pelo MEC.

Atrás da cativante (para alguns) avaliação — onde teoricamente se propugnaria uma revisão qualitativa da Universidade — encontra-se um órgão dirigido de forma comprometida com valores que vêm ao longo dos anos reduzindo a universidade pública a uma proporção mínima indispensável. Neste caso, preferimos a avaliação pública direta (quantos procuram nossos vestibulares? quantos universitários são chamados à composição dos quadros do poder? quanto a nossa sociedade reconhece e aproveita os nossos serviços de extensão? etc.). Para isso não

precisamos de intermediários com seus riscos comportamentais. Se defendemos a verdade, resguardamos nosso legítimo direito de exigir os recursos que nos são devidos. Agora, se para a obtenção de recursos os dirigentes devem se submeter aos "critérios impostos", que não deixam de reconhecer e declarar a verdade com todas as letras. Não achamos correta a difusão, pelo Jornal da UNESP, de matéria polêmica ainda não discutida e muito menos aprovada ao nível de C.O., como consta em manchete na pág. 5 da edição n.º 13, de março de 1987. Houve nesta edição a utilização de opiniões de membros do C.O., obtidas de forma questionável e cujos resultados foram urdidos pelo autor da matéria. Como fomos citados nominalmente (e sem autorização), apesar de criticarmos o método, reafirmamos o ponto de vista exposto e atribuído a nós pelo editor. Vimos alertar a comunidade da UNESP que a aparência digna da avaliação como intenção de qualificação da Universidade pode estar nebulizando a discussão das nossas questões fundamentais, geralmente esquecidas.

O autor é docente na Faculdade de Medicina — campus de Botucatu, e um dos cinco representantes dos professores assistentes no C.O.

N. da R. — O artigo do professor Hamilton R. Pereira vem realçar o papel que se quer dar ao "Jornal da UNESP": abordar temas polêmicos, incentivando o debate e abrindo as diferentes opiniões.

## CAE: bolsas de estudo e monitoria com nova base para remuneração

As bolsas de estudo fornecidas pela Coordenadoria de Assistência ao Estudante (CAE) tiveram substituídos os parâmetros para estabelecimento de seus valores. Antes vinculados ao salário mínimo, passam agora a ter como referência funções existentes no quadro de pessoal da Universidade.

Essa mudança, proposta pela CAE, teve aprovação do Conselho Universitário (sessão de 26 de março) e passa a ser aplicada a partir deste ano letivo.

A bolsa de Estágio Curricular do curso de Medicina Veterinária passou a ter como referência a função de Auxiliar de Acadêmico I, cujo salário-base é de Cz\$ 3.749,68. O valor fixado da bolsa corresponde a trinta por cento, ou seja Cz\$ 1.124,90.

Para o estabelecimento do valor da Bolsa de Estudo Não Reembolsável, foi utilizada como parâmetro a função Auxiliar de Administração Geral I. Neste caso, o salário-base é de Cz\$ 2.080,00, e o valor da bolsa, que corresponde a cinquenta por cento, Cz\$ 1.040,00.

### MONITORIA

O Programa de Monitoria também teve alterado o seu parâmetro. Antes fixada em um salário mínimo, a remunera-

ção ao aluno ficará atrelada ao salário de Auxiliar Acadêmico I, na base de trinta por cento: Cz\$ 1.124,90.

Em todos os casos, as bolsas serão aumentadas segundo os reajustes que incidirem sobre os valores-parâmetros, ou seja o próprio reajuste salarial do funcionalismo público. A situação aqui demonstrada já considera o "gatilho disparado" em 1º de março.

Ao contrário dos dois programas de bolsas ("estágio" e "não reembolsável"), cuja administração é atribuída da CAE, o Programa de Monitoria compete às unidades universitárias. Dentro das normas e instruções já expedidas, são elas que organizarão, internamente, os esquemas da monitoria, e o pagamento aos monitores terá de ser extraído de seu próprio orçamento. Na medida em que o Programa foi aprovado no final do ano passado, quando a "peça orçamentária" para 87 já estava pronta, a CAE prevê que o número de monitores em atividades neste ano será pequeno. Acredita, no entanto, que em 1988, o número será bem maior, já que as unidades terão tempo e condições de prever recursos para a monitoria em seu próximo orçamento.

## Jorge Nagle eleito membro do Diretório Executivo do Crub

Durante a 44ª Reunião Plenária do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, realizada em Fortaleza entre 2 e 5 de fevereiro, o reitor Jorge Nagle foi eleito Membro Titular do Diretório Executivo, órgão consultivo e deliberativo do Crub, hierarquicamente subordinado ao Plenário e à Presidência.

Composto por três membros natos (presidente, vice e ex-presidente), nove membros titulares e nove suplentes, o Diretório tem como principais atribuições a apreciação e aprovação de planos, estudos, projetos e convênios, além de zelar pelo cumprimento das decisões do plenário e aprovar o plano de trabalho e regimento interno da Secretaria Executiva. Compete também a ele avaliar e aprovar propostas orçamentárias, relatórios e prestações de contas anuais, opinar sobre contratação de pessoal, propor reforma do Estatuto e tratar de assuntos de interesse do Conselho.

No Diretório Executivo do Crub, Jorge Nagle, cujo mandato será de dois anos, estará representando o segmento das universidades estaduais e municipais.

unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP.

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Balxada Santista, São Paulo e Sorocaba).

### CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Alfredo João Rabaçal, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antônio Christofolletti, Antônio Espada Filho, Antônio Gilberto F. Fernandes, Antônio Quelce Salgado, Carlos Landucci, Fernando Mesquita Lara, José Ruy Ribeiro, Lourival Larini, Manoel Lelo Belotto, Marcos Alegre, Neivo Luiz Zorzetto, Nilo Odália, Ricardo Antônio Arruda Veiga, Roberto Holland, Sylvio Simões, Waldemar Saffioti, Waldir Gandolfi, Wanderley José de Mello e William Saad Hossne.

Representantes docentes: Jehud Bortolozzi, José Maria Menezes Campos, Manoel Dias Martins, Manuel Molina Ortega e Percy Sampaio Camargo (titulares); Erler Schall Amorim, Gildo Matheus, Ivaldo Melito, Márcio Rubens Graf Kuchembuck e Tereza Correa Carriola (adjuntos); Carlos Erivany Fantinati, Gerson Munhoz dos Santos, José Guimarães Mello, Luis Antônio Toledo e Manoel Victor Franco Lemos (assistentes doutores); Dib Gebara, Fernando Dagnoni Prado, Hamilton da Rosa Pereira, Márcio Antônio Teixeira e Reynuncio Napoleão de Lima (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Antônio Kimaid, Arlêta Zelante Maryssael de Campos, Carlos Augusto Moraes e Araujo e Ronele Maria de Souza Pina (auxiliares de ensino).

Representantes técnico-administrativos: Airton Campesi, Alberto Ney Freitas Simas, Benedito Carlos Piyeta, Djalma Cordeiro da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, José Firmino Pereira da Silva, Luiz Gonçalves Rodrigues, Mário Yukiyasu, Nilvado Edson de Mello, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Sérgio Grosso.

FAESP: Misael de Tulio

FIESP: Carlos Eduardo Uchôa

FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar (CEP 01001); São Paulo, SP. Telefones: 32-7755 e 32-7757.

Coordenador: Marco Aurélio Nogueira

Redação: José Roberto Ferreira (MT 17.039) — editor; Adriana Machado (MT 16.837) e Kátia Salsi (MT 15.918).

Arte: Magazine Comunicação

Tiragem: 15.700 exemplares

Composição e impressão: Cia. Editora Jorúes. Rua Arthur de Azevedo, 1977 — São Paulo, SP.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

# A Secretaria de C & T e a universidade

**E**ntre as medidas iniciais tomadas pelo Governador Orestes Quêrcia, no sentido de reorganizar o aparelho administrativo do Estado, a que mais chamou a atenção da comunidade científica em geral, e a universitária em particular, foi a criação, em separado, da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Aliás, uma medida dotada de lógica, já que os assuntos dessas áreas conviviam com os da Indústria e Comércio em secretaria única, nos governos anteriores. Registre-se, também, a estranheza que causava aos meios acadêmicos aquela justaposição de setores dotados de princípios próprios.

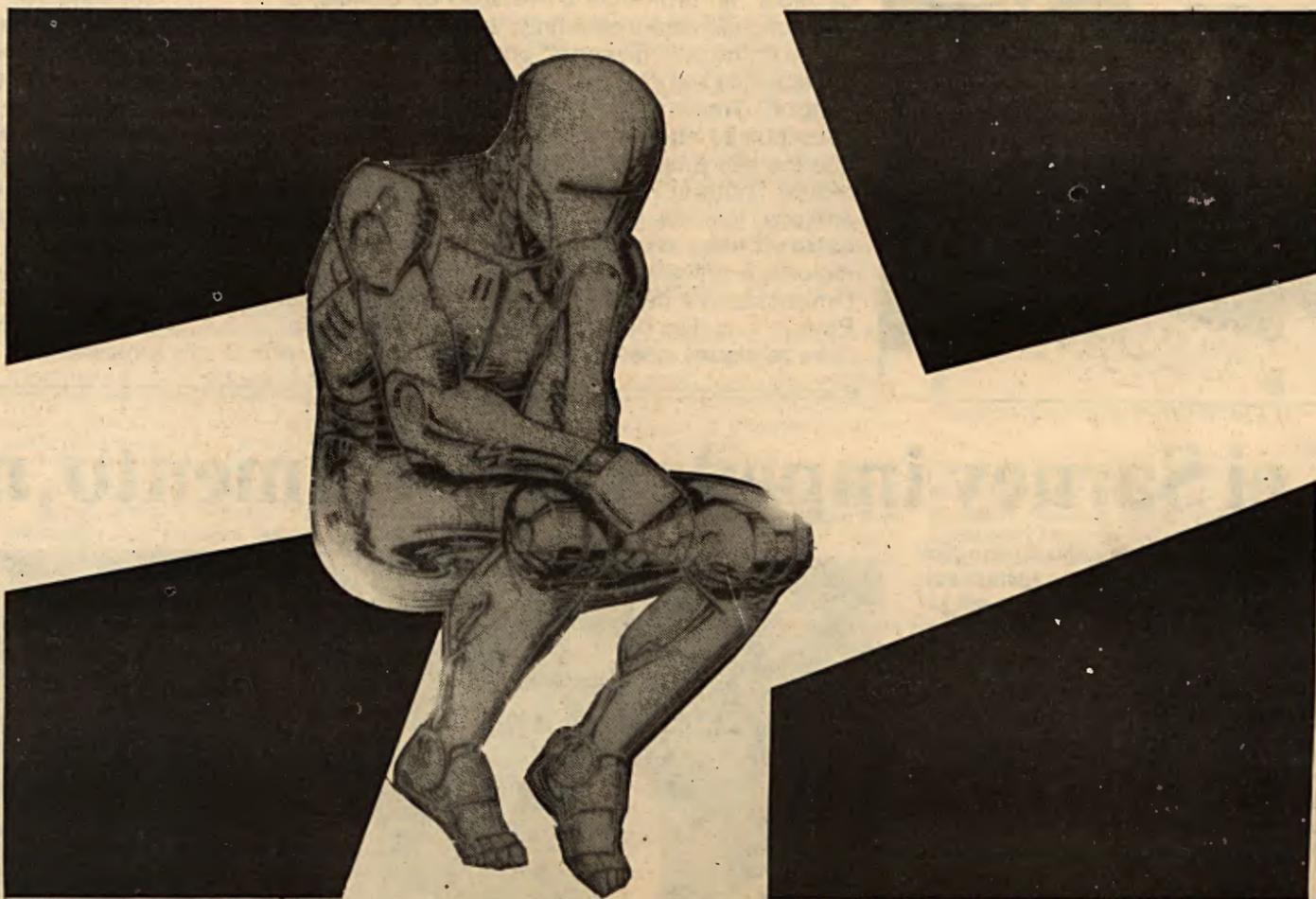
Mas, de fato, o que suscitou algumas interrogações e conseqüentemente provocou os mais diversos comentários foi a notícia que se seguiu à criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Por meio desta, haveria certa vinculação com as universidades mantidas pelo Governo do Estado — UNESP, UNICAMP e USP.

Naturalmente, o problema da "autonomia universitária" voltou a ser posto em questão. Não com a mesma força de quando o ex-governador Franco Montoro anunciou a criação de uma Secretaria de Ensino Superior — enfim não consumada —, mas com a intensidade suficiente para que a "autonomia" fosse vista uma vez mais em situação de perigo. Ficará a universidade submetida aos desígnios políticos de uma Secretaria de Estado? O livre-pensar da academia chegará ao fim, tendo os pesquisadores que subordinar o seu trabalho aos projetos da Secretaria? Perderão os reitores o "status" — adquirido desde a criação da Universidade de São Paulo — de Secretário de Estado?

As questões não são propriamente estas. Não é desta vez que a autonomia está posta em jogo.

Tradicionalmente, a Universidade sempre esteve vinculada a uma Secretaria de Estado e por uma razão meramente administrativo-financeira. Classificada como unidade de despesa/orçamentária, a Universidade deve, necessariamente, estar ligada a um órgão da administração direta, no caso, a uma Secretaria, a quem formalmente cabe uma fatia específica do orçamento global do Estado (art. 4.º do Decreto-Lei Complementar n.º 7, de 6/11/69).

Esse sistema vem sendo seguido há anos. Até 1983, as universidades públicas do Estado de São Paulo eram vinculadas à Secretaria da Fazenda. Durante o Governo Montoro, houve uma mudança, com as universidades se vinculando, administrativamente, à Secretaria de Governo. Vale chamar a atenção para o fato de, nesse último caso, a hipótese de interferência na autonomia universitária seria grande, uma vez que a Secretaria de Governo, por definição, representa, de maneira muito mais ampla e ao mesmo tempo objetiva, os interesses do Governador, do que qual-



quer outra Secretaria com campo de atuação limitado ao seu caráter e finalidade específicos. Cabe, ainda, ressaltar que, para a questão do orçamento das universidades, o órgão decisório era a Secretaria de Planejamento.

Observe-se, apesar de tudo isso, que foi no Governo anterior que o orçamento das universidades públicas começou a crescer novamente, contrariando a tese, em princípio correta, de que a melhor vinculação seria com a Secretaria da Fazenda, a caixa forte do Tesouro estadual.

Com isso se quer deixar claro que a maior ou menor autonomia universitária independe da vinculação a esta ou aquela Secretaria. O que se tem mostrado efetivamente válido, importante e eficaz é a posição política do Governador frente à Universidade. Sobre tal questão não existe melhor testemunho do que a história de governos passados, a qual nós todos conhecemos e vivenciamos.

Por outro lado — mas igualmente independente de Secretaria de Estado — as universidades públicas de São Paulo contam hoje com o seu Conselho de Reitores (Cruesp), órgão que tem o papel, entre outros, de representá-las junto ao Governo.

Tendo surgido como alternativa à Secretaria de Ensino Superior, o Cruesp — no que toca aos temas aqui discutidos — está revestido de importante função: levar ao Governo as reivindicações das universidades de forma consensual, coordenada. Alimentadas pela mesma fonte e voltadas para as

mesmas finalidades, o diálogo em comum das universidades com o Governo tem-se mostrado, para ficarmos numa única definição, bom para ambos.

Além da articulação entre as três universidades, o Cruesp se abre também para os setores governamentais com elas identificados, sem que isso descaracterize o órgão ou desvirtue suas finalidades. Além dos professores Jorge Nagle, Paulo Renato Costa Souza e José Goldemberg, têm assento no Conselho o Secretário da Educação e o da Ciência e Tecnologia; a presidência, porém, só pode ser exercida por um dos reitores.

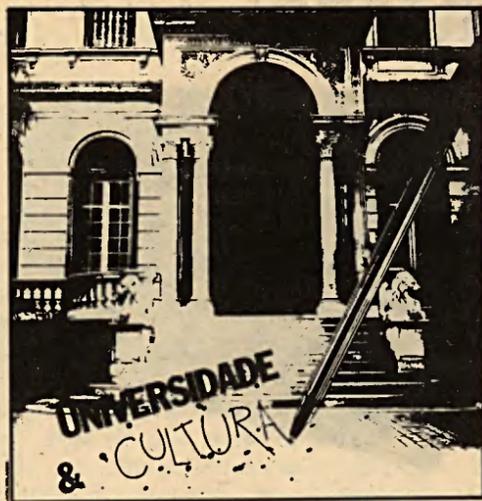
Descaracterizados possíveis riscos à autonomia universitária, cabe a nós um voto de confiança junto à nova Secretaria pelo que ela poderá representar para o desenvolvimento da ciência e para maior fomento e melhor utilização da tecnologia. Sob este aspecto, existem algumas questões para as quais os setores científicos do Estado, incluindo a própria universidade, não estão encontrando caminhos que levem a respostas satisfatórias. O Estado de São Paulo comporta o maior e mais importante pólo científico do país. No entanto, têm sido crescentes — e justas — as reclamações tanto das Universidades como dos Institutos de Pesquisa quanto à falta de verbas, o que prejudica o bom andamento de seus trabalhos e ao mesmo tempo impede o desenvolvimento de robustas linhas de pesquisa. Ao lado disso, temos uma boa produção científica em quantidade e qualidade nas Universidades, mas nem sem-

pre essa produção é revertida para a sociedade, tal como deveria ser, por falta de instrumentos adequados e próprios que façam a ligação da universidade — que é onde se dá a descoberta científica — com o aparelho produtivo — onde se aplica o avanço tecnológico.

Esses dois exemplos são suficientes para mostrar que existem questões importantes em aberto.

De qualquer modo, a associação das universidades públicas do Estado de São Paulo com a Secretaria de Ciência e Tecnologia parece-nos mais apropriada do que a associação com outras secretarias, mantendo-se o Cruesp ligado ao Gabinete do Governador. Ciência, tecnologia e universidade, afinal de contas, pertencem a uma mesma grande família.

É interessante, no momento, chamar a atenção para um assunto que deve merecer meditação. Trata-se da necessidade de aproximar os Institutos de Pesquisa do Estado entre si, dar-lhes melhores condições de trabalho e, ao mesmo tempo, iniciar algumas modalidades de relacionamento e de intercâmbio entre os Institutos e as universidades. Acreditamos que medidas dessa natureza seriam proveitosas para o desenvolvimento articulado da ciência e da tecnologia no Estado. Este, sim, parece ser o grande problema que se propõe ao novo Governo, especialmente à nova Secretaria de Ciência e Tecnologia, desde que se deseje — como desejamos — o estabelecimento de sólido sistema de ciência e de tecnologia para o Estado.



Ao reproduzir o conhecimento, ao gerar novas formas de saber, ao promover a evolução da ciência, a universidade está interferindo na cultura, gerando novas culturas, "fazendo" cultura. Mas esgota aí seu papel nesse sempre polêmico e imensurável universo cultural? Tradicionalmente, além de dar sua contribuição através do cumprimento das finalidades que lhe são próprias, a universidade tornou-se um reduto "normal" da cultura enquanto manifestação artística, literária, musical, cênica e tantas quantas outras formas existentes do homem mostrar o ser racional e universal que é. Universidade e cultura, portanto, são indissociáveis. Porém, nos dias de hoje essa indissociabilidade merece alguns questionamentos. De um lado, por

causa da departamentalização da ciência e da consequente fragmentação do conhecimento — aspectos que entram aqui apenas como registro. De outro lado, porque a universidade não é mais aquele centro de ebulição cultural de outras épocas, mesmo as mais recentes. De qualquer maneira, pelo menos a questão da produção cultural voltou a ganhar espaço na universidade com o advento da Lei Sarney, um instrumento há muito esperado mas que causou frustrações nos meios acadêmicos. Nesta, e nas três páginas seguintes, o "Jornal da UNESP" procura esclarecer as dúvidas quanto a aplicabilidade da Lei e aproveita a oportunidade para registrar uma discussão sobre as relações da universidade com a cultura.

## Lei Sarney impede cadastramento, mas há saídas

No dia dois de julho do ano passado, produtores e agentes culturais e o meio artístico em geral começaram a viver uma situação de inusitado entusiasmo e até euforia. Não era para menos. Naquela data fora aprovada a lei 7.505, apresentada pelo Presidente da República e que por isso ganhou o seu nome. Enfim, o antigo sonho da cultura ser alimentada pelas mãos da iniciativa privada se tornara uma realidade através da Lei Sarney. Havia chegado a hora de desengavetar os projetos.

O esquema da lei é simples: o contribuinte — pessoa física ou jurídica — faz a doação a uma entidade cadastrada no Ministério da Cultura e abate o valor da sua renda bruta (jurídica) ou líquida (física) na declaração do Imposto de Renda.

Porém, a Lei Sarney tem causado muita polêmica no meio universitário, onde também foram criadas expectativas de se usufruir de doações para fins culturais. Essas expectativas, no entanto, foram se transformando em sucessivas frustrações quando, totalmente ao contrário do que se imaginava, ficou claro que a universidade não pode se beneficiar da lei através da forma mais direta e original: o cadastramento junto ao Minc.

Os idealizadores da Lei entendeu que a universidade está voltada prevalentemente para ensino e pesquisa e que as atividades culturais que vier a promover são apenas parte dos seus serviços de extensão, ainda assim vinculados àqueles fins. Ou seja, a universidade não pode se cadastrar. Esse privilégio cabe somente a instituições ou entidades nas quais atividades culturais são o fim predominante, não importando se essas instituições ou entidades buscam o lucro financeiro ou não. O que vale é o fato cultural em si e não as idéias que o movimentam.

### FRUSTRAÇÕES

Durante o entusiasmo inicial, os que tentaram se cadastrar foram os primeiros a experimentar os dissabores da Lei. No começo deste ano, a Universidade de São Paulo teve seu pedido de cadastramento indeferido pelo Minc com a justificativa, segundo o professor José Goldemberg, de que "as universidades sugariam muitos recursos e que o Ministério da Educação existia para se encarregar disso".

Já a UNICAMP tentou encaminhar informalmente seu pedido de cadastramento, chegando inclusive a propor a



Comemoração pela Lei Sarney: a atriz Dina Sfat agradece ao Presidente.

criação de um fundo de apoio à cultura. Mais uma tentativa frustrada. O professor Carlos Vogt, vice-reitor, quando recebeu a negativa do secretário Adjunto do Minc, sugeriu que "ao invés de fazer um corte normativo, fossem instituídos critérios que avaliassem até que ponto as universidades que se cadastrassem ofereceriam projetos eminentemente culturais, que não se restringem ao setor pedagógico".

Estranhamente, a Lei despreza a notória, e as vezes histórica, existência de atividades e até movimentos culturais na universidade. Orquestras, conjuntos musicais, museus, cine-clubes, grupos de teatro, coral, grupos folclóricos e tantas outras manifestações são encontradas nas universidades. Se hoje em menor número do que antes, ou se sempre numa proporção não muito expressiva, pelo menos a intenção é um dado permanente e alguma coisa foi e continua sendo feita, com recursos do próprio orçamento.

Diante desse quadro, a universidade está se vendo discriminada pela Lei. Tanto que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) absorveu o problema e tomou a iniciativa de discuti-lo com o ministro da Cultura, Celso Furtado, deixando clara a preocupação com o fato de a universidade ser considerada entidade sem fins culturais.

Como resultado do encontro, o Conselho elaborou um documento onde é revelada a razão da discriminação. O julgamento do Minc seria que "as institui-

ções universitárias, pressionadas pelas limitações de suas dotações orçamentárias, passassem a utilizar os recursos captados pela Lei para garantir sua manutenção básica", e que "os recursos da Lei Sarney devem ser utilizados exclusivamente como fomento de iniciativa de caráter inovador no campo da cultura".

Relutante sobre a impossibilidade de cadastramento, o Crub, ainda em seu documento, observa que aquela primeira posição "demonstra a extrema desconfiança com que setores de governo encaram a administração universitária"; e a respeito da segunda firma que "o Minc se utiliza de conceitos subjetivos para a seleção das atividades culturais que pretende estimular". E, acima de tudo, considera a discriminação como sendo uma "censura inaceitável da produção cultural".

O secretário Geral Adjunto do Minc, Manuel Buarque, procurado para esclarecer o assunto, disse que a lei realmente pretende dissociar a educação da cultura. E dá a justificativa: "A área da educação é tão extensa no país que se ela ficasse aberta para captação, todos os recursos da Lei Sarney seriam insuficientes para atender todas ações desejadas".

### SAÍDA I

Além da discriminação em si, o problema gerado pelo não cadastramento é

que a universidade fica impossibilitada de se utilizar do mecanismo mais simples e racional da Lei, que são as doações espontâneas feitas por pessoas que preferam dar dinheiro para cultura e não para o "Leão".

Existe, no entanto, uma saída. Trata-se do parágrafo único do artigo 16, onde fica estabelecido que as instituições de ensino que realizarem atividades culturais poderão receber recursos derivados da Lei Sarney através do Instituto de Promoção Cultural, órgão do Minc que administra um Fundo para atender projetos de entidades não cadastráveis.

Os recursos desse Fundo são constituídos a partir de doações de pessoas ou empresas que queiram dar dinheiro para cultura mas não o entregando diretamente a uma entidade cadastrada. O Ministério garante que "apreciará em regime de prioridade os pedidos de instituições universitárias, para financiamentos, com recursos deste Fundo de Promoção Cultural". (sobre este assunto, veja entrevista com Fábio Magalhães, nas páginas 6 e 7). Para a professora Lúcia Lodi, presidente da Comissão de Atividades Culturais (CAC) da reitoria, ir ao Fundo com um projeto nas mãos não significa que os recursos serão obtidos: "Podemos prever dificuldades, uma vez que, certamente, ficará estabelecida uma concorrência entre instituições mais caras do que a UNESP".

### SAÍDA II

Outra alternativa possível para a universidade se beneficiar da Lei Sarney é a criação de uma entidade com personalidade jurídica própria e, claro, com fins eminentemente culturais. Quem já se utilizou desse mecanismo foi a PUC do Rio de Janeiro, que criou a Associação Rio Cultura e, através dela, pretende repassar os recursos que captar tanto para a comunidade universitária como para grupos culturais ou pessoas de fora.

Essa mesma possibilidade se abre também para setores da universidade: unidades, departamentos, grupos de professores, alunos ou funcionários que quiserem criar uma entidade cultural também poderão conseguir o cadastro. Grupos já existentes idem. Mas o professor John Boudler, regente do Grupo de Percussão do IAP, é um tanto cético quanto a essa saída da Lei: "Ou faço música ou vou atrás de dinheiro. O mais lógico, então, seria a UNESP, universidade para a qual eu trabalho e qual pertence o Grupo, captasse os recursos e fizesse o repasse".

# A cultura na UNESP é promovida pela CAC



A cultura na UNESP tem como sua representante oficial a Comissão de Atividades Culturais (CAC), órgão de assessoria ao Gabinete do Reitor. O principal objetivo da CAC, que dispõe de dotação orçamentária

específica para distribuição entre os projetos encaminhados pelas unidades, é implementar uma política cultural para a Universidade.

Para isso, a Comissão procura contribuir prioritariamente para a solidificação do conceito de "universidade", através de uma programação cultural e da elaboração de um calendário capaz de funcionar como elo de integração entre as diferentes unidades. "Via de regra — explica a presidente da CAC, professora Lucia Helena Lodi — nós professores, alunos e funcionários, pensamos isoladamente em termos de "nosso Instituto", "nossa Faculdade". Segundo ela, "a CAC pretende programar atividades que sejam conjuntas ou que passem a ser coletivas em toda a UNESP".

Esses novos critérios foram adotados a partir da reformulação da CAC, ocorrida em 1985, quando também foi modificada a sua composição: extinguiu-se a obrigatoriedade da titulação mínima de doutor para seus membros e incluiu-se representantes dos funcionários e alunos.

Atualmente, a CAC é formada por cinco professores, além da presidente: Ilma Curti, ILCSE-Araraquara; Jaciro Campante, FHDSS-Franca; Maria Cecília Matoso, FFECSD-Marília; Irineu de Moura, IAP-São Paulo; Fernando Prado, IGCE-Rio Claro e o funcionário Marcos Pícolo, ILCSE-Arara-

quara. Os alunos ainda não indicaram seu representante.

A CAC vem procurando constituir-se num reduto de recepção, discussão e divulgação das mais variadas propostas de manifestação cultural e artística na Universidade, no sentido de que determinadas práticas culturais sejam rotina em seu interior, bem como apoiar os grupos de criação locais, através de sugestões e da própria operacionalização da programação.

## PROJETOS

Entre as solicitações de recursos que chegam a CAC, são predominantes as que se referem a atividades acadêmico-científicas — o que foge da especificidade cultural. No entanto, para a professora Lucia Helena, "por se fazerem necessárias, elas devem ser atendidas". "Porém — ressalta — acho que no orçamento das unidades deveria ser feita uma previsão de recursos para a programação de tais atividades".

Apesar disso, verifica-se um acentuado crescimento de projetos ligados ao sentido mais amplo de cultura. No 1º semestre de 86,

representaram cerca de 20%; 26% no segundo e 43% no primeiro semestre deste ano. Eles se referem a cursos de teatro, montagens de peças, apresentação de grupos musicais, feiras de artesanato, mostras de cinema, exposição de fotografias etc.

Notificada de que a maioria das unidades dispõe de projetores e equipamentos de vídeo, a Comissão providenciou a reprodução de catálogos de instituições que alocam filmes. Esses catálogos serão distribuídos às unidades. "Cinema pode ser uma atividade rotineira na Universidade", afirma a professora.

É interesse da CAC também promover neste ano debates sobre o processo de criação do desenho animado como forma de comunicação, realizar um concurso temático de fotografia nas 21 unidades, e promover a apresentação de grupos musicais.

## CONVÊNIOS

Estabelecer convênios com a finalidade de integrar a UNESP com instituições que promovam atividades culturais também é a meta da CAC. Recentemente, foi firmado com a



Professora Lúcia Lodi, presidente da CAC

Escola de Artes Dramáticas da USP, um acordo para que as montagens de seus grupos de teatro amador sejam apresentados nas unidades. O mesmo a CAC está procurando fazer junto a diversas entidades culturais.

## Um problema não resolvido

JOSÉ ALUYSIO REIS DE ANDRADE



Universidade e cultura marcham juntas na história do Ocidente desde o século XII. Mas a preocupação com a cultura, como problema, é recente, praticamente dos nossos dias. Dentro das limitadas pretensões desta nota,

preferimos, primeiro, uma pequena incursão histórica, contornando um pouco os labirintos e armadilhas embutidos na extensa discussão contemporânea sobre o assunto.

Antes, deve ser lembrada a afirmação comumente aceita de que uma das funções primordiais da universidade é a preservação do patrimônio cultural da humanidade. Com tudo o que carrega de ambíguo, a afirmação indica a existência de um bem extremamente valioso, constantemente exposto às arremetidas de alguma provável ameaça. Esse perigo iminente e permanente é — por oposição — a barbárie. Esta assume, no passado e contemporaneamente, múltiplas e refinadas formas. Nessa linha, não há muitas dúvidas de que a Universidade, instituição típica das sociedades ocidentais civilizadas, se constitui no principal bastião de defesa de um conjunto de valores que lhe são essenciais. A universidade coloca-se assim, no centro do terreno minado em que se opõem civilização e barbárie. Pelo menos, nisso à universidade se avoca uma espécie de primazia. Assinalem-se alguns antecedentes.

As primeiras universidades, surgidas no século XII, foram as de Salerno, Bologna e Paris e, depois, Oxford, Salamanca etc.; assim se chamavam não em razão de um atributo de sua atividade, mas por serem abertas a todos os interessados, dos mais diversos lugares e nações. São instituições gremiais e corporativas, com um caráter "secular", por se colocarem fora dos muros dos mosteiros e das abadias. Representam centros de cultura por excelência. Mas evidentemente de uma cultura datada. Centros avançados de cultura intelectual, que tanto pelas suas formas, como pelo seus conteúdos, eram fortemente marcadas pelas preocupações teológicas da época. Seus privilégios para a emissão de licenças e títulos, por exemplo, dependiam de autorização papal. Mas representam o mais alto grau de cultura até o Renascimento.

O advento dos tempos modernos se caracterizou por mudanças fundamentais na ordem econômica, política e social. A idéia do saber, agora aliada ao interesse pelo domínio da natureza, conduziu à criação da ciência moderna e passou a exigir também o intenso uso de maquinismos e procedimentos tecnológicos. Mas, nesse período as universidades

ficaram praticamente à margem desses acontecimentos, graças ao seu arcaísmo e conservadorismo, acentuados pelas disputas oriundas da reforma religiosa. Permaneceram refratárias, quando não antagônicas, às formas típicas da cultura renascentista. As ciências, a literatura, as artes abriram caminhos alternativos para darem uma resposta às novas exigências dos estados nacionais e mercantis. É fácil verificar-se que os criadores da ciência moderna pouco tiveram a ver com a universidade. Pelo contrário, as relações foram difíceis, quando não desastrosas, em razão do forte ranço religioso. Por seu turno, a grande cultura do Renascimento desenvolveu-se à sombra do mecenato dos príncipes, dos grandes comerciantes e dos monarcas. Na crônica de Vasari, não há menção de universidade, e Rabelais, Michelangelo e Da Vinci escolheram seus próprios caminhos. Essa situação se prolongou, com poucas exceções — como a atuação de Erasmo em Cambridge — até o final do século XVIII. As atividades culturais se desenvolvem nas Academias ou passam a fazer parte dos circuitos cortesãos. Na verdade, enquanto os valores culturais tornam-se crescentemente laicos, a universidade não consegue libertar-se de seus estigmas originais. É a partir do Iluminismo, do Enciclopedismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial que se pode falar em mudanças significativas na universidade. Foi no final do século XVIII que Kant, em seu pequeno escrito "O Conflito das Faculdades", questiona, na Universidade de Königsberg (a primeira universidade luterana, 1547), a supremacia da Faculdade de Teologia, sobre a Faculdade de Filosofia. Esse "aufklärer" muito especial sai em defesa da liberdade que é a defesa da cultura em todos os sentidos. Também é desse período o movimento de pensadores e cientistas alemães, como Schelling, Humboldt e Fichte, que culmina com a criação de novas universidades (Berlim, 1809; Bonn, 1818), depois chamadas de modelo prussiano, por oposição à Universidade Napoleônica. Mas ambas, apesar das significativas diferenças, guardavam forte vinculação com o poder estatal. Mais de um século depois serviram de modelos para a organização das universidades brasileiras. Em suma, a universidade só se renova com as exigências da revolução industrial. Apesar de continuar sendo uma instituição pesadamente conservadora, reconheceu foros de cidadania às ciências, aos laboratórios experimentais e pôs-se mais atenta às exigências da sociedade.

Mas é realmente no século XX, com as chamadas sociedades "democráticas" contemporâneas, que as universidades se renovam mais profundamente, tendo que repensar mais detidamente o seu papel. É a partir daí que passa a ter pertinência a reflexão sobre as suas relações com a cultura. A chama-

da cultura "intelectual", no sentido de cultura elitista, ora designada como cultura erudita ou como alta cultura nunca deixou de se constituir no centro de preocupações da universidade, então voltada para a formação das classes dirigentes, que compreendiam currículos que, muitas vezes, não iam muito além da mera etiqueta. No século XX, houve reformas, houve rupturas e houve também muitas iniciativas efetivamente renovadoras.

No Brasil, as universidades começaram a ser instaladas na década de 30, com estrutura e organização calcada muito de perto nos modelos tradicionais europeus (em particular no francês e no alemão). Sua missão civilizadora teve como mira principal também a formação de elites dirigentes e também através do exercício da alta cultura. Nem mesmo as artes aí tiveram espaço; para elas havia os conservatórios e as escolas especiais ou os professores a domicílio. Contudo, o que de realmente importante houve, nesse período (até os anos 50) foi o Movimento Modernista da Semana de 22, que simplesmente prescindiu da universidade. Lembre-se que só muito recentemente certas atividades autenticamente artísticas e culturais ganharam espaço na universidade, através das Escolas de Comunicação.

Para falar apenas de nós, o problema da cultura é um problema não resolvido na universidade brasileira. Há indícios sintomáticos. De repente, as nossas universidades começaram a criar assessorias e departamentos de cultura; começaram a contratar agentes e animadores culturais. Para ficar em casa. Foi criado o Instituto de Artes do Planalto — IAP. Quando chegou na hora da avaliação dos docentes e do estabelecimento de um esquema de carreira, todo mundo ficou atônito, não se sabia o que fazer. E os relatórios e as teses? Será que um poema sinfônico vale para professor titular?

Simplificando e concluindo. A cultura num sentido mais abrangente é algo exterior, marginal ou mesmo clandestino na universidade brasileira. Impõe-se uma reflexão teórica a seu respeito. Isso já começa a ser feito. A partir daí, ela deve se definir, levando na devida conta o amplo espectro a que corresponde a cultura, em nossos dias, desde a cultura intelectual tradicional à chamada nacional popular. Considerando também problemas como os decorrentes dos mídia, da indústria cultural, das disparidades sociais e econômicas, e, principalmente das exigências intrínsecas à atividade cultural que se identificam com a plena liberdade. É necessário muito cálculo e cautela para que a universidade, nas suas relações com a cultura, não se ponha, sem o saber, a serviço da barbárie.

O autor é professor de filosofia e vice-diretor do ILCSE — campus de Araraquara

## Coral e Percussão: grupos de destaque

O movimento cultural de maior amplitude na UNESP é o coral, que marca presença nos quatorze campus da Universidade, além da Reitoria e da FATEC-São Paulo. No total, são cerca de quinhentas pessoas, entre alunos, professores e funcionários que mantêm em cada campus um coral regido por alunos bolsistas do IAP, formando no conjunto o Coral da UNESP. Um aspecto interessante dessa manifestação, além de sua dimensão, é o fato de que o coral de cada cidade tem vida própria, podendo se apresentar isoladamente ou em conjunto com outros coros. Mas, acima de tudo, o que mais se destaca é o seu papel de agente integrador entre as diversas unidades da UNESP.

O Coral da UNESP surgiu de iniciativas isoladas, quando em 78, os corais de Rio Preto e Rio Claro solicitaram ao IAP um regente. "E a rede, a partir daí, foi crescendo" — lembra Samuel Kerr, diretor artístico do Coral e professor de Técnicas de Expressão Vocal e Canto Coral do IAP. Em função da crescente expansão desses movimentos isolados, foi criado oficialmente em 1980 o Coral da UNESP. Em 86, todos os campus tinham seu próprio coro.

Dentre as várias apresentações externas à Universidade, destaca-se sua participação no II Encontro de Corais Universitários, em Curitiba, quando mostrou um levantamento sonoro da Praça da Sé, posteriormente reapresentado na abertura do Festival de Campus de Jordão.

## GRUPO DE PERCUSSÃO

Sempre convidado para apresentações em vários locais, devendo inclusive viajar neste ano para os Estados Unidos, o Grupo de Percussão do IAP é outra expressão da UNESP. Formado por onze alunos e regido pelo maestro John Boudler, o Grupo desenvolve um trabalho virtuoso, a ponto de recentemente ter ganho o 1º lugar no Prêmio Eldorado de Música, o que merecerá a gravação de um disco pelo selo Eldorado.

# "Artes e ciências caminham juntas"

A Lei Sarney de um lado, a universidade de outro — e a cultura no meio. Para falar sobre o assunto, o secretário de Apoio à Produção Cultural do Minc, Fábio Magalhães. Artista plástico, diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo, secretário Municipal da Cultura (São Paulo) e 1983 a 1984, chefe da assessoria especial da Secretaria de Estado da Cultura em 1985 e 1986, Fábio Magalhães cuida entre outras coisas, das relações do Ministério da Cultura com a universidade.



Como o sr. vê a posição da universidade com relação à produção cultural? Como a universidade vem trabalhando isso?

Vem trabalhando muito mal. Na verdade, a universidade negligenciou esse aspecto. É claro que tem exceções, e exceções louváveis. De uma

forma geral, a universidade brasileira está baseada no famoso tripé — ensino, pesquisa e extensão — e então a cultura estaria nessa parte de extensão universitária. O problema é que extensão universitária no Brasil tradicionalmente não tem recursos. Viveu durante muitos anos de parcos recursos que o MEC (na época era o MEC que cuidava da cultura), através da FUNARTE e outros órgãos, repassava para as universidades. Elas não tinham o orçamento próprio para fazer um projeto próprio. Dependiam de uma aprovação da Secretaria de Cultura do Ministério para execução dos projetos. Nós achamos isso muito equivocado. Achemos que, hoje, o Ministério da Cultura deve dar um apoio muito grande à parte de extensão universitária, mas a universidade não pode depender somente disso. Eu vejo que algumas universidades conseguiram, fora da vida curricular, dar aos alunos dos diversos cursos a possibilidade de acesso à cultura, em dois níveis: de produção, de produzir cultura, produzir arte, e acesso a frequentar, a conhecer a manifestação artística que se produz na sociedade. Essas duas coisas, eu vejo hoje negligenciadas. Há anos atrás, havia movimentos muito ricos de cine-clubes na universidade, que praticamente desapareceram; são poucos os cine-clubes ainda ativos dentro da universidade. O teatro universitário teve uma força extraordinária nesse país, foi muito importante mas hoje é quase insignificante. O teatro amador, atualmente, está mais vinculado a outras instituições — como associações de moradores, por exemplo — do que propriamente à universidade. Por outro lado, houve uma presença maior da música sinfônica na universidade, que é uma coisa cara, onerosa, difícil, mas nós temos alguns exemplos muito satisfatórios, como a Universidade Federal da Paraíba, a UNICAMP, a USP que, embora não tenha sua orquestra funcionando, tem aglutinado grupos musicais. Então eu vejo que a universidade tem procurado atender a essa questão cultural mas ainda de uma maneira muito precária. Poderia se estender muito mais. São raras as universidades que possuem espaços vivos e atuantes

para exposições de artes plásticas, de fotografia, que tenham, por exemplo, clubes de leitura ou oficinas literárias onde os alunos de engenharia ou de química possam se encontrar e discutir um texto literário e fazer uma abordagem crítica ou até uma produção poética. Normalmente esses esforços são individuais, de alunos ou de professores, mas raramente são esforços conjugados, com recursos e com previsão dentro da planificação universitária.

Outra coisa que eu acho que tem ocorrido nessa área é que alguns grupos de alunos foram formados e atuaram, digamos assim, artisticamente, até com muita força dentro da sociedade. Um exemplo curioso é a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que produziu mais artistas do que talvez a Escola de Comunicação e Artes da própria USP. De lá saiu até, de certa maneira, o Chico Buarque de Holanda. Existe, então, um movimento paralelo, com algum apoio eventual da universidade, nos cursos de extensão que ela promove, mas sobretudo como um esforço do estudante.

O sr. atribui a que essa diminuição das manifestações culturais na universidade?

Em primeiro lugar, acho que há, em nossa universidade, uma situação muito difícil. Ela vive com um orçamento apertadíssimo, que mal dá para cobrir gastos curriculares e de pesquisa. A universidade vem sofrendo realmente uma crise orçamentária muito grande. Esse é um dos motivos, sem dúvida: a universidade tem poucos recursos para cobrir tarefas fundamentais. Ainda assim acho que tem havido, tradicionalmente, pouca atenção pela questão; a universidade poderia se ocupar mais com a cultura. Vejo que em alguns lugares (não é o caso de São Paulo e Rio e Janeiro, mas sim do Nordeste e de algumas cidades do sul do país) onde a universidade é realmente o centro cultural da região. Ela acaba tendo uma tarefa muito mais ampla do que apenas as tarefas curriculares e também há uma expectativa da sociedade, já que a universidade ocupa um papel proeminente; a própria cidade exige uma universidade mais próxima. É aí onde ocorre uma presença maior. De uma maneira geral, porém, eu vejo que a universidade se voltou muito pouco para esse aspecto; tradicionalmente, pela sua formação, pela sua conceituação, ela atua pouco no campo das artes.

O sr. acredita que cabe à universidade uma atuação no campo cultural. De que forma isso deveria se dar?

Depende. Há certas sociedades em que a universidade tem pouca atuação no campo das artes. Já em sociedades muito avançadas como, por exemplo, a França, não é dentro das universidades que se dá o grande movimento artístico. Mas, já na Alemanha, na Itália e nos Estados Unidos, as artes têm um papel muito mais importante dentro das universidades. Eu acho isso significativo para a formação do estudante, como extensão de seu curso específico. Trata-se de uma formação de humanismo, de entendimento de linguagens simbólicas, de aprofundamento do pensamento. E acho que artes e ciências caminham juntas. Quer dizer, um maior desenvolvimento artístico caminha junto com um maior desenvolvimento científico. A negligência de um acaba prejudicando o outro.

A nível de Brasil, o sr. acha que caberia a participação da universidade nas questões culturais?

Sobretudo no Brasil. Muitas cidades, as novas principais, são tão precárias em equipamentos culturais que muitas vezes o investimento feito no campus universitário representa todo o equipamento cultural daquela cidade. O único teatro existente numa capital como, por exemplo, Campo Grande, é o da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Logo, a dependência da sociedade à vida universitária é muito grande, pois toda a questão cênica daquela cidade passa pelo campus. Nesse caso, a universidade tem um papel muito mais importante do que na França, onde os teatros, as óperas, os museus são ligados a outras instituições da sociedade que não a universidade. No Brasil, os equipamentos culturais, quase todos, estão nas universidades e é muito importante que sejam mantidos. Mas, o que acontece com o teatro da Universidade Federal de Campo Grande? Está fechado há anos, pois não é prioritário. Como a universidade vive em déficit orçamentário não aplica recursos nos seus equipamentos culturais, não os moderniza e, por isso, hoje se encontram em ruínas ou defasados com poucos recursos para a sua dinamização, para sua revitalização. Essa é a situação atual. Acho, portanto, que a universidade tem um papel muito importante.

Diante dessa importância do papel da universidade e dada as precárias condições em que ela se encontra atualmente, de que maneira a universidade poderia participar mais ativamente da cultura?

Essa é uma situação difícil. Mas vejo que a universidade tem que dar mais atenção aos cursos de extensão; tem que procurar uma integração maior

com a sociedade na questão cultural. Em muitas outras questões a vida acadêmica possui dinâmica própria, que não tem que ser necessariamente compatível com a dinâmica da sociedade. Ela pode ter um processo de aceleração maior, pode ocupar uma vanguarda com relação à sociedade ou, ao contrário, ter uma atitude mais científica de isolamento para poder ter uma reflexão melhor, fazer uma análise mais interessante, mais profunda sobre os acontecimentos da sociedade. Mas, na questão cultural, a universidade tem que estar integrada com a sociedade. E ela poderia encontrar parceiros nessa questão cultural com a sociedade, com os próprios valores da cidade onde está inserida ou através das prefeituras, dos órgãos do Estado ou através de instituições da própria sociedade. Além de ter um projeto próprio, ela pode dividir os gastos com a própria sociedade e fazer uma coisa conjunta. Porém, para que isso seja viável, a universidade tem que trabalhar fora do parâmetro acadêmico, ou seja, não exigir do artista diploma de nível superior. Muitas vezes o artista com nível superior é mediocre do ponto de vista artístico e o artista sem título superior é brilhante do ponto de vista artístico. A universidade tem que se livrar disso e travar contato com o que ela considera realmente o melhor no campo do cinema, do teatro, da dança, da ópera, da música etc.

O que o sr. acha do fato da universidade não poder se beneficiar da Lei Sarney em termos de obter recursos para projetos culturais?

Ela não pode se cadastrar, mas pode se beneficiar através de projetos culturais concretos para serem executados em associação com o Ministério da Cultura. O que nós não aceitamos no Minc é o fato da universidade ser cadastrada, o que só é possível para as instituições prevalentemente culturais entendidas em lei, isto é, que são culturais-artísticas sobretudo. Essa posição é norteada por dois critérios: de um lado, contemplar a prevalência cultural; de outro, evitar tudo aquilo que possa desvirtuar a lei do seu processo original, que era o de beneficiar as artes. Nesse sentido, qualquer projeto que a universidade fizer na área cultural e que estiver dentro da Lei Sarney pode ser contemplado. Por exemplo, o projeto de uma excursão para verificação das características ecológicas de uma certa região, ou dos tipos de flores existentes numa determinada floresta, que tem um caráter científico e cultural que a lei prevê, na questão da preservação da flora e da natureza. A universidade pode fazer um projeto desse tipo, encontrar o seu financiador e o projeto sair através do Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura. É um processo extremamente ágil, fácil, sem nenhuma burocracia. É apenas a forma através da qual o Ministério da Cultura se associa à vida universitária.

Seria, então, o cadastramento do projeto em si?

Sim. O instituto ou o departamento de artes da universidade tem um projeto cultural de realizar uma exposição sobre um determinado tema artísti-

co, por exemplo. Esse projeto tem custos e esses custos são encaminhados ao Instituto de Promoção Cultural, que viabiliza o acesso à Lei Sarney. A universidade, se quiser, já pode ir ao Instituto com o seu financiador, que o recurso é inteiramente e imediatamente repassado ao responsável pela realização daquele projeto.

Há também a possibilidade daquelas instituições dentro da universidade que são de caráter prevalentemente cultural e que têm orçamento próprio, como uma "fundação universitária de artes". Ela pode ser diretamente cadastrada, e, sem notificar o Ministério da Cultura, a não ser nos casos previstos em lei, pode atuar diretamente com a sociedade, captando os recursos necessários para o financiamento de suas atividades.

O sr. poderia citar alguns projetos culturais desenvolvidos por universidades que têm sido apoiados pelo Ministério da Cultura?

São vários os projetos apoiados pelo Ministério. Com o Instituto de Estudos Brasileiro, da USP, estamos financiando a pesquisa final e a publicação do Dicionário Musical Brasileiro, de Mário de Andrade. Junto com a Universidade Federal de Juiz de Fora, estamos financiando o projeto de um trabalho de pesquisa de espaços culturais existentes. Com a Universidade Federal de Caxias do Sul, há um trabalho integrado para pesquisa sobre a memória da colonização italiana. Assim, existem exemplos de várias universidades com quem estamos trabalhando conjuntamente.

## Aqui, as opiniões de pessoas que "fazem" cultura

John Boudler e Samuel Kerr, regentes e professores do IAP; Cláudio Willer, poeta e ensaísta; e Marcelo Nitsche, artista plástico.



O maestro Samuel Kerr, professor do IAP e regente do Coral da UNESP, acha que "a universidade tem uma função mais de dinamizadora da atividade cultural do que de determinadora". Para ele, "quando os modelos de estrutura curricular que servem aos cursos tecnológicos são institucionalizados para o ensino da arte, a arte já morreu". Ele propõe que os Institutos que formam os artistas, que produzem arte na universidade, questionem o que seja a atividade cultural, antes de dizer o que ela é. "Mas — acrescenta — nesse questionar, a universidade deve dar todos os recursos para que a comunidade deixe aflorar o que seja arte. Seu papel é o de formar líderes que sejam aptos a captar esse tipo de coisa". Samuel acredita que para que isso ocorra, é necessário, em primeiro lugar, libertar as regras do instituto onde se faz arte, mudar sua relação com os demais institutos da universidade, para que haja um maior intercâmbio entre as várias áreas do conhecimento, e estar atento às mudanças que estão ocorrendo.

Hoje, um regente não tem uma orquestra mas pode, num estúdio de gravação, substituir um conjunto musical. E preciso perceber esta nova ordem que está surgindo".

Quanto à Lei Sarney, Samuel vê com desconfiança a atividade cultural sendo patrocinada pela iniciativa privada. E questiona: "A quais caminhos esse tipo de patrocínio vai levar o movimento cultural do país? Poderemos perder a liberdade de expressão, ter que apresentar relatórios e produzir uma arte padrão, não experimental". Com relação à sua aplicação na universidade, Samuel acha que "a universidade deveria, primeiro, questionar o que seja atividade cultural, e depois pensar em executar...".



Para Marcelo Nitsche, artista plástico e coordenador do escritório da FUNARTE em São Paulo, "é fundamental que haja uma relação estreita entre universidade e cultura, pois o objetivo de ambas é o mesmo: a busca do conhecimento".

Ele lembra que esse relacionamento já foi muito maior que o atual. "Nos anos 60, a universidade era o ponto de encontro dos artistas, que se reuniam para discutir a essência da produção artística". Marcelo atribui essa desarticulação ao autoritarismo, que reprimiu o diálogo e "foi quando a arte entrou num período intimista". Apesar disso, ele propõe que a universidade volte a convidar artistas para debates e palestras. Ele acha que o acesso ao conhecimento científico produzido — como novas técnicas, novos materiais, novas relações — é muito importante, e justifica lembrando algumas experiências vitoriosas, como a arte cinética, que só foi possível com o domínio da área de computação. "Mas não é só o artista recebendo coisas da universidade" — explica. "É também a sua experiência sendo levada à universidade, através da sua experimentação, da concretude de sua obra, da sua linguagem, que integra o artista e a técnica do ponto de vista teórico e prático, aproximando arte e ciência".

Quanto ao fato da universidade não poder se cadastrar para receber os benefícios da Lei Sarney, Nitsche não entende a discriminação uma vez que se permite o cadastramento de galerias de arte que, na sua opinião, "são um comércio como outro qualquer". Mas, sua maior preocupação com relação à lei está no fato de "entregar à iniciativa privada a condução dos projetos culturais e artísticos".



"A universidade, em qualquer lugar do mundo, tem um grande papel cultural". Esta é a opinião de John Boudler, professor do IAP e regente do Grupo de Percussão dessa unidade. Ele justifica sua posição: "A universidade é sempre um centro importante em todos os aspectos, pois funciona como ímã, atraindo gente interessada em divulgar idéias, pesquisar coisas novas e questionar a realidade; e não há como ela existir sem uma participação ativa na cultura, justamente por ser o lugar onde sempre é procurada".

Relembrando sua experiência nos Estados Unidos, John conta que a universidade americana é muito voltada para a cultura. "Lá se pode, quase todos os dias, assistir a concertos, ver exposições, fazer cursos de extensão". Quando compara a produção cultural universitária brasileira com a americana, ele diz que "é o mesmo que tentar comparar a tecnologia nuclear do Brasil, que é quase toda importada, com a dos Estados Unidos", e explica que a diferença está no plano econômico: "nos Estados Unidos, por exemplo, nunca se pensa em xerocar uma partitura, como aqui. Eles compram só originais". Para John, a universidade americana faz muito pela cultura justamente por desfrutar de condições ideais. E exemplifica: "A maior dificuldade que o Grupo de Percussão do IAP teve para montar a sua turnê pelos Estados Unidos, para outubro, foi conseguir datas disponíveis nos auditórios das universidades. Isso, com dez meses de antecedência".

Mesmo considerando as difíceis condições da universidade brasileira, John Boudler acha que é necessário começar a fazer alguma coisa já: "Mesmo que dê errado, é melhor do que só ficar pensando em como deveria ser feito".



Na opinião do poeta e ensaísta Cláudio Willer, a promoção cultural é um instrumento de integração e de reestabelecimento de ligações com a sociedade "desde que a universidade esteja realmente interessada nisso e que, por outro lado, não opte por ficar encastelada em seu próprio saber". Assim, a política cultural que mais deva interessar para a universidade é a que promove a descentralização: "É a prática da democracia cultural — enfatiza. A cultura não como espetáculo, mas como instrumento de participação". Como exemplo, ele cita que "entre eu fazer uma noite de autógrafos ou participar de uma oficina literária, eventualmente prefiro a última; a relação é muito mais rica. Devemos promover atividades formadoras de público para os esquemas de consumo tradicional de bens culturais, como forma de se ampliar o próprio mercado cultural".

A importância da UNESP como realizadora cultural foi particularmente realçada pelo poeta e ensaísta. Para ele, "admitindo-se que a universidade tenha uma missão cultural, além de educacional, a cumprir, o papel da UNESP é dos mais importantes, porque as grandes carências culturais estão no Interior do Estado". A vida nas pequenas cidades, segundo Cláudio Willer, "é tediosa, provinciana e limitadora sob vários aspectos, principalmente em função da falta de alternativas culturais".

Quanto à Lei Sarney, Cláudio Willer acha correto a universidade não poder se cadastrar: "Não se deve misturar política educacional com política cultural". Porém ele é favorável a decisão do Minc de contemplar entidades de caráter prevalentemente cultural que surjam do interior da universidade e que tenham personalidade jurídica própria.

# Teses e dissertações

## DOCENTES

• **Vicente Lopes Júnior** (FE-Ilha Solteira) "Estudo da resposta dinâmica de uma locomotiva a excitações devidas a irregularidades da via".

**Resumo:** Estudo teórico sobre o comportamento dinâmico de uma locomotiva a fim de constatar-se as influências de alguns parâmetros na resposta dinâmica da máquina podendo ser selecionado um sistema de suspensão.

**Banca:** Fausto Rodrigues Filho, Douglas Eduardo Zamperli e R. Gerich. **Mestrado**, dia 20 de março, na UNICAMP.

• **José Carlos Cesar Amorim** (FE-Guaratinguetá) "Cálculo do escoamento potencial em perfis aerodinâmicos isolados e em grades de turbomáquinas". **Resumo:** Apresenta-se uma técnica numérica para o cálculo do escoamento potencial incompressível em perfis aerodinâmicos isolados e em grades de turbomáquinas. A solução numérica é obtida através de uma técnica de painéis baseada em distribuição de vórtices que mostrou-se versátil e eficiente na análise em estudo. **Banca:** Euclides Carvalho Fernandes, Nelson Manzaneres Filho, Douglas Lauria e Sebastião Varella. **Mestrado**, dia 20 de março, na EFE-Itajubá.

• **Luz de Paula do Nascimento** (FE-Ilha Solteira) "Estudos das forças excitadoras e da modelagem matemática de máquinas hidroelétricas".

**Resumo:** Com o propósito de analisar os problemas relacionados às vibrações em máquinas hidroelétricas, fez-se um estudo das forças que excitam as mesmas, buscando relacionar suas causas e origens. Uma análise espectral de sinais de vibração obtidas em campo destas máquinas também é apresentada assim como uma análise da aplicação às máquinas hidroelétricas de um critério que avalia os níveis de vibração em máquinas rotativas considerando a energia total de vibração do sistema. **Banca:** Hans Ingo Weber, Arthur Palmeira Ripper Neto, Márcio Tadeu de Almeida e Fernando Iguti. **Mestrado**, dia 24 de março, na UNICAMP.

• **Neri Alves** (IPEA - Pr. Prudente) "Transiente de corrente elétrica em amostras de polifluoreto de vinilideno (PVDF) devido a água de volume". **Resumo:** Uma condutividade evanescente é facilmente observada, aparecendo na corrente de polarização pela aplicação de altos campos sendo verificada recuperação em amostras deixadas em atmosfera úmida. A autora interpreta estas observações como sendo uma limpeza, pelo campo elétrico, dos íons gerados por uma acentuação da dissociação de moléculas de água absorvida no volume, pela ação deste campo. **Banca:** Guilherma Fontes Leal Ferreira, Rosemary Sanches e Hani Mohan Gupta. **Mestrado**, dia 24 de março, no IFQ/USP - São Carlos.

• **Maximiliano Martin Vicente** (FEFCSD - Marília) "Os partidos políticos em Bauru de 1930 a 1937". **Resumo:** Estuda-se a vida partidária bauruense privilegiando a história regional e suas variantes diante do momento político nacional, pretendendo-se mostrar como a política local interferiu na decretação do Estado Novo e refletia o que se passava no Estado e no país, carecendo de autonomia e originalidade e submetendo a direção política do município aos interesses do Estado.

**Banca:** Clodoaldo Bueno, Manoel Lelo Bellotto e Shiguenoli Miyamoto. **Mestrado**, dia 30 de março, UNESP/Assis.

• **Caçilda de Oliveira Camargo** (ILCSE - Araraquara) "Morfologia derivacional: o sistema de sufixos em português". **Resumo:** Demonstrar que a função ponto de partida para a transposição dita sufixada envolve uma constante e uma variável, em oposição à função ponto de partida para a transposição dita prefixada que envolve duas constantes. **Banca:** Leonor Lopes Fávero, Manoel Dias Martins, Nelyse Aparecida Melro Salzedas, Sebastião Expedito Ignácio e Telmo Correia Arraias. **Livre-Docência**, 31 de março, no ILCSE - Araraquara.

• **Adelita Aparecida Sartori Paoli** (IB - Rio Claro) "Morfologia, anatomia e aspectos da germinação de *Jacaratia spinosa* (Aubl.) A. DC. (Caricaceae)". **Resumo:** estudo morfológico e anatômico tendo como objetivos principais o estudo de seus órgãos vegetativos, além dos frutos e sementes, em diferentes fases do desenvolvimento. Foram também abordados aspectos da germinação, concentração de elementos minerais na semente e verificou-se a possibilidade da existência de reguladores de crescimento na semente. **Banca:** Sergio Nereu

Pagano, Celia Massa Beltrati, Eurides Mambreu de Menezes, Mario Tomazello Filho e Leopoldo Magno Coutinho. **Doutorado**, 03 de abril, na UNESP/Rio Claro.

• **Luiz Antonio Fernandes de Oliveira** (FE-Ilha Solteira) "Um problema de Cauchy característico: Existência e Unicidade". **Resumo:** Utilizando os métodos das concatenações, o método de Carleman submetido a uma estimativa de energia, mostra que a existência e unicidade de soluções do problema de Cauchy, para uma classe de equações hiperbólicas degeneradas, dependem dos termos de menor ordem. **Banca:** Adalberto P. Bergamasco, Arnaldo S. do Nascimento e José Gaspar Ruas Filho. **Mestrado**, dia 02 de abril, ICM - São Carlos.

## ALUNOS

• **Maria Cristina Rosifini Alves** (FO - Araçatuba) "Influência do stress no processo de reparo em feridas de extração dental. Estudo histológico em ratos". **Resumo:** Foi estudado através de cortes histológicos a influência do stress sobre o processo de reparo em feridas de extração dental. O trabalho foi realizado em ratos e os resultados demonstram que o stress ocasiona considerável atraso na cronologia do processo de reparo alveolar. **Banca:** Tetuo Okamoto, José Simões Barroso, Marcio Giampietro Sanches, Edmundo Aparecido Callestini e Sylvestre Arnaldo Grandini. **Mestrado**, 13 de março, na FO-Araçatuba.

• **Guaracy Tadeu Rocha** (IBBMA - Botucatu) "Estudo do complemento cromossômico e da região organizadora de nucleolo em algumas espécies de aves". **Resumo:** Análise da região organizadora de nucleolo de diversas espécies através da preparação dos cromossomos a partir de material de medula óssea de animais pré-colchicinizados. A análise cariotípica foi realizada por métodos convencionais de coloração e por formação de bandas NOR. A análise convencional forneceu dados numéricos, morfológicos e métricos dos cromossomos sendo que a classificação morfológica foi feita de acordo com o proposto por Levan e Cols (1964). **Banca:** Wilhan Jorge, Catarina Satie Takahashi e Luiz A. C. Bertollo. **Mestrado**, dia 23 de março.

• **Abel Rebouças São José** (FCA - Botucatu) "Influência do método de extração na qualidade fisiológica de sementes de maracujazeiro amarelo (*Passiflora edulis Sims f. flavicarpa Deg*)". **Resumo:** Estudo dos métodos de extração de sementes de maracujazeiro que promovam melhor qualidade (porcentagem por germinação e vigor), bem como sua conservação por maior período de tempo. **Banca:** Nelson Moreira de Carvalho, João Nakagawa, Ede Cereda. **Mestrado**, dia 26 de março, na FCA-Botucatu.

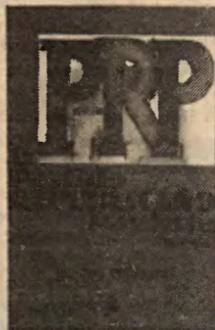
• **Marly Aparecida Spadotto Balarin** (IBBMA - Botucatu) "Genética e Paracoccidioidomicose-Infeção: estudo familiar e de marcadores genéticos". **Resumo:** Estudo de marcadores genéticos (PTC, ABO, MN, Duffy, GLO, EsD, e CA II) em famílias que possuem pelo menos um dos membros do casal com reação intradérmica à paracoccidioidina positiva; em casais em que ambos os cônjuges são negativos; verificando se há associação entre esses marcadores genéticos e a positividade à paracoccidioidina a fim de testar a hipótese de familiaridade de reação. **Banca:** Dertia Villalba Freire-Máia, Bento Arce-Gomez e Norma Gerusa da Silva Mota. **Mestrado**, dia 27 de março, no IBBMA-Botucatu.

• **Ada Marina Cagliari Fioretto** (FCA-Botucatu) "Viabilidade de cultivo de *Trichosporon sp* em manipueira". **Resumo:** Objetivando estabelecer a viabilidade e as condições prévias de cultivo de *Trichosporon cutaneum* cepa 7906 em manipueira, foram realizados os seguintes ensaios: cultivo em meio semi-sólido, cultivo submerso agitado e areado e cultivo em superfície. **Banca:** Dejanira de F. Angelis, Marney Pascoli Cereda, José Pietsch Cunha. **Mestrado**, dia 30 de março, na FCA-Botucatu.

• **Sidney José Lima Ribeiro** (IQ-Araçatuba) "Parâmetros de absorção e emissão em complexo de Nd(III) e Eu(III) com a hexametilfosforamida (hmpa)". **Resumo:** Foram sintetizados e caracterizados por análise química complexos de Ln(III) com hexametilfosforamida. A intensidade das transições eletrônicas do tipo s-s, foi racionalizada em termos de covalência nas interações cantavídioligante e das posições de banda observadas na região do ultravioleta. **Banca:** Ana Maria Galindo Masabni, Gilberto Fernandes Sá e Cristo Bladimiro Melios. **Mestrado**, 10 de março, no IQ-Araçatuba.

## ESTANTE

### Lançamentos de docentes



**PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA (1889-1926) - POLÍTICA E PODER** (Editora Brasiliense, 1987, 326 páginas, Cz\$ 290,00), de José Ênio Casalecchi, professor adjunto de História do Departamento de Economia do ILCSE — campus de Araraquara.

O livro é, com algumas alterações, a tese de livre-docência do autor, que examina a política oligárquica paulista entre os anos de 1889 e 1926, com especial atenção para o Partido Republicano, que dominou 41 anos da vida política do Estado. José Ênio apresenta os políticos, a organização interna e o ideário do PRP, examinando as origens da oligarquia que o dirigiu, além de recuperar a história de São Paulo desde a Proclamação da República até o surgimento do Partido Democrático, que marca o início do processo de decadência da oligarquia perrepeista.

Os documentos básicos para pesquisa foram os jornais "Correio Paulistano", "Órgão do PRP", e "O Estado de São Paulo",

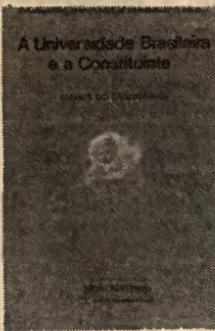
periódico das dissidências, além de "O Combate" e "Diário Nacional", assim como os Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, relatórios oficiais de Secretarias e atas do Partido.

**DOENÇAS VASCULARES PERIFÉRICAS** (Editora Médica e Científica, 905 páginas, Cz\$ 2.500,00), de Francisco Humberto de Abreu Maffei, professor responsável pela disciplina de Cirurgia Vascular do Departamento de Cirurgia e Ortopedia da FM — campus de Botucatu, e outros.

O livro, sem similar nacional no assunto, consta de 52 capítulos, com mais de 800 fotos e ilustrações, que tratam da maioria das doenças do sistema vascular, abordando as bases gerais e terapêuticas, as doenças arteriais, venosas, linfáticas e as de origem mista.

Foi elaborado a partir de trabalhos desenvolvidos pelo autor e pelos co-autores Sidnei Lastoria, Winston Donetti Yoshida e Hamilton de Almeida Rollo, também professores do Departamento de Cirurgia e Ortopedia da FM de Botucatu, além de outros 42 colaboradores entre professores e especialistas de outras universidades e serviços cirúrgicos vasculares. "Doenças Vasculares Periféricas" destina-se tanto a especialistas da área como também a outros médicos e alunos de graduação.

### Universidade e Educação em foco



**A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A CONSTITUINTE** (Anais do Seminário) — Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (Editora Universidade de Brasília; 238 páginas, Cz\$ 108,00).

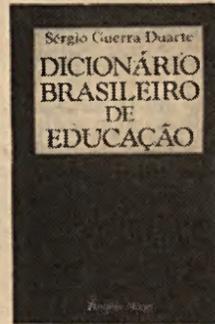
No final de 1985 a UnB promoveu o primeiro seminário sobre a Universidade Brasileira e a Constituinte, com o objetivo de abrir o debate sobre as transformações em curso na universidade brasileira e a possibilidade de que essas e outras futuras mudanças possam estar incluídas no texto da Constituição.

Neste debate, o papel da universidade em relação ao resgate do ensino público gratuito foi o tema em destaque, como também autonomia e democratização para o ensino superior no Brasil. Essas idéias, debatidas no seminário, foram publicadas em forma de livro.

**QUEM EDUCA QUEM?** - Fanny Abramovich (Summus Editorial — Coleção

"Novas Buscas em Educação", vol. 22, 114 páginas, Cz\$ 84,00).

Menos de dois anos após seu lançamento, chega à quarta edição este livro onde a autora, pedagoga e jornalista, faz um apinhado de problemas educacionais. A partir de constatações, apresenta propostas para uma autêntica renovação dos métodos educacionais.



**DICIONÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO** — de Sérgio Guerra Duarte (Edições Antares Nobel, 176 páginas, Cz\$ 95,00)

O livro, com cerca de dois mil verbetes, se propõe a suprir uma lacuna na bibliografia nacional, não apenas por ser pioneiro, mas porque traz informações atualizadas e de forma concisa sobre a realidade educacional brasileira. Inclui também termos estrangeiros e gíria do cotidiano das escolas, além dos que focalizam a Filosofia, Sociologia, Antropologia, Administração e História aplicadas à Educação.

### FCA lança revista de pesquisas

O curso de Pós-Graduação em Agronomia, na área de concentração Energia na Agricultura, da FCA de Botucatu, criou a revista "Energia na Agricultura" que reúne trabalhos oriundos de dissertações e teses de Mestrado e Doutorado desenvolvidas na própria instituição. A iniciativa visa, além da divulgação de pesquisas da área, contribuir para a busca de alternativas e soluções frente à atual crise energética mundial.

A revista, lançada no segundo semestre de 86, já está em seu segundo número, devendo manter a periodicidade trimestral em 87. Com tiragem de 1.000 exemplares, "Energia na Agricultura" está sendo distribuída a instituições, entidades e empresas relacionadas à área. Solicitações para seu envio devem ser encaminhadas à Comissão do Curso — Caixa Postal 237 — 18.600 — Botucatu, SP.

# Ideário comum favorece avanços na UNESP

• Há poucos meses, o Conselho Universitário aprovou a proposta que possibilita aos professores doutores, independente de situações localizadas, ocuparem chefia de departamento.

• Há muitos anos, a Associação dos Docentes da UNESP (ADUNESP) vinha reivindicando a descentralização do poder da Universidade, incluindo um abrandamento na exigência de titulação para os cargos da administração acadêmica.

Um elemento de ligação entre uma situação e outra é o professor Telmo Arrais, atual chefe de gabinete da Reitoria e ex-presidente da ADUNESP no período de 1982 a 1984. Período em que reivindicações que visavam colocar titulares, livres-docentes e doutores em nível de igualdade eram, no mínimo, observadas à distância e ainda sob vistas grossas.

## IDEÁRIO COMUM

A chefia de gabinete, segundo define Telmo Arrais, "é uma função cheia de desafios que se sucedem no dia-a-dia, o que torna o cargo espinhoso. Por outro lado, ela possibilita vermos contemplados muitos dos projetos por nós mesmos reclamados tempos atrás. Isso nos deixa um tanto realizados".

Essa satisfação justifica a mudança da condição de presidente de uma entidade caracterizada sistematicamente na época como de oposição, para a condição de participante da estrutura de decisão. Telmo explica que "fiz oposição ao arbítrio, ao autoritarismo e à centralização do poder. Hoje, a condução da política universitária por parte da reitoria possibilita, em grande parte, colocar em prática o ideário que sempre pregamos".

Um dos itens desse ideário se refere aos "problemas corporativos, como salário, segurança no emprego e condições de trabalho", agravados anos atrás nas universidades estaduais e que estavam provocando "uma corrida dos nossos



colegas para as federais", lembra Telmo Arrais. Com a renovação dos reitores e a consequente criação do Cruesp, ele acredita que a situação começou a se reverter: "Na UNESP, por exemplo, temos um reitor que não se esqueceu que é também um professor e que, portanto, não perde esta perspectiva, inclusive quando vai negociar com o governo os salários da categoria. A proposta de crescimento horizontal da carreira docente — ainda não implantada, mas fortemente defendida pelo professor Jorge Nagle junto ao Governo — é um dos resultados dessa mudança".

## REPRESENTAÇÃO

Outro item do ideário da ADUNESP

que seu ex-presidente vê sendo realizado é o que ele chama de "problema institucionais", traduzidos na pauta de reivindicações como necessidade de ampliação da representação docente, maior legitimação dos representantes junto aos órgãos colegiados e democratização das estruturas de poder.

Para Telmo Arrais, este é o ponto de maior fidelidade na sintonia existente entre a prática política e administrativa da atual reitoria e os anseios da comunidade universitária. Para exemplificar, ele menciona a ampliação não só da representação docente mas também discente e técnico-administrativa no Conselho Universitário, responsável pelo aumento de 42 para 74 no número de membros do colegiado.

Lembra também às mudanças promovidas nos estatutos da Universidade, resultando na desconcentração e descentralização do poder. No caso, a possibilidade de doutores ocuparem a chefia de departamento e livre-docentes passarem a integrar a Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT), entre outras medidas. Num outro nível, a alteração nos estágios de decisão em relação aos órgãos superiores: atribuições que eram do C.O. passaram para o CEPE e outras, que eram deste, para as Câmaras Centrais de Graduação, Pós-Graduação e Extensão de Serviços à Comunidade. "Ou seja — diz Telmo —, houve um aumento de responsabilidade e também de poder de decisão".

## MELHORIAS

As reivindicações de melhorias na qualidade do ensino e da pesquisa são também lembradas pelo ex-presidente da ADUNESP. "Nós sempre entendemos que pesquisa e ensino são a essência da atividade acadêmica e por isso procuramos dar nossa contribuição no sentido de a Universidade ter essa questão como prioridade", afirma Telmo Arrais.

Em termos concretos, isso significa "melhorar as condições de trabalho do docente, que deve poder dispensar menos tempo na sala de aula e mais tempo fazendo pesquisa e orientando alunos". Para tanto, foram estabelecidos critérios para contratação de novos professores, ao mesmo tempo em que a admissão de funcionários procurou contemplar o setor técnico. Destinação de mais verbas para bibliotecas e novas edificações também se enquadra no rol das antigas reivindicações que estão sendo atendidas.

Telmo Arrais não tem dúvidas sobre as razões do êxito que vem sendo alcançado: "Uma política voltada para os anseios dos setores da UNESP, notadamente o setor acadêmico, realizada com a contribuição e o empenho de pessoas que, tempos atrás, discutiam e propunham mudanças e avanços para o conjunto da Universidade mas que eram, na maioria das vezes, desprezadas".

## Odonto de Araçatuba preocupada com a AIDS

Colher informações sobre as principais doenças infecto-contagiosas — notadamente a AIDS — e adotar medidas preventivas como forma de salvaguardar docentes, alunos, funcionários e pacientes que trabalham ou são atendidos nas clínicas da Faculdade de Odontologia — campus de Araçatuba. Este é o trabalho a quem vem se dedicando uma comissão de oito membros da FOA, preocupados com a possibilidade de contágios de doenças durante o tratamento odontológico.

A comissão — organizada pelo Departamento de Diagnóstico e Cirurgia — conta com a participação de um representante de cada Departamento.

Como se sabe, nas clínicas, o profissional ou paciente são passíveis de contrair a AIDS, pelas frequentes intervenções cruentas (que há sangue) executadas: através de um possível ferimento com instrumental cortante ou perfurante pode, se existir a presença do vírus, ocorrer a contaminação.

Portanto, além das condutas de higiene e esterilização já adotadas usualmente nas clínicas odontológicas, a comissão considera necessário cuidados especiais de assepsia, estabelecendo normas decisivas a serem obedecidas pela comunidade. Tais como o uso permanente de óculos e luvas, agulhas descartáveis, cubetas contendo solução desinfetante para a colocação do instrumento sujo; os funcionários deverão usar luvar para limpeza de cuspidadeiras, materiais esterilizantes mais combativos e uma série de medidas profiláticas efetivas.

O professor Alvimar Lima de Castro, representante do Departamento de Diagnóstico e Cirurgia, observa que "para essas normas serem seguidas, as pessoas envolvidas devem ter plena consciência da sua necessidade".

A comissão está tendo a colaboração de assistentes sociais, que através de impressos explicativos sobre o problema podem, por oca-

sião da triagem, orientar os pacientes.

### PESQUISA DE CAMPO

Inicialmente em 85, o professor Alvimar e mais três alunos do 3º ano prepararam um trabalho científico sobre a AIDS para ser apresentado em jornadas odontológicas onde puderam expor à população acadêmica informações relativas a doença, assim como os métodos que devam ser usados como prevenção.

Naquele mesmo ano, o grupo resolveu fazer uma pesquisa de campo. "Como até o momento não há terapêutica para a doença, — explica o professor Alvimar — e como tem sido sugeridas medidas preventivas, procurou-se obter informações detalhadas junto ao grupo de maior risco, ou seja, homossexuais e bissexuais masculinos".

Foram utilizados 103 questionários para a obtenção de dados epidemiológicos e comportamentais dos entrevistados. A aplicação dos questionários foi realizada pelo

professor e os alunos, junto a 100 indivíduos, sendo três portadores da doença. Exceção destes, que foram entrevistados no Hospital das Clínicas de São Paulo, os demais questionários foram preenchidos no horário das 23h às 4h em bares, saunas, ruas e boates da capital.

Constatou-se que há total desinformação sobre o assunto, o que gera medo, desconfiança e segregação, tornando-se premente a prevenção no atendimento odontológico, hospitais e bancos de sangue.

### COMUNIDADE

A partir do segundo semestre de 85 até final de 86, a FOA desenvolveu um trabalho de conscientização sobre a AIDS, não só a nível da unidade mas abrangendo a população em geral. Foram realizadas pela comissão setenta conferências na cidade de Araçatuba e região, em escolas de 1º e 2º graus, associações odontológicas e médicas, bem como o envio de resumos explicativos a jornais locais.

# FAPESP publica Catálogo de Protótipos

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, entidade que tem entre seus objetivos o fortalecimento da estrutura de pesquisa no Estado através da concessão de bolsas e auxílios, lançou recentemente o primeiro Catálogo de Protótipos, organizado pelo professor Marco Cecchini, do ITA e membro da Coordenação da Área de Química da FAPESP.

O Catálogo, que representa uma importante etapa do projeto da FAPESP 'Construção, Duplicação e Aperfeiçoamento de Protótipos de Equipamentos de Pesquisa', teve sua elaboração iniciada em 1985. Na ocasião, foram distribuídos questionários às instituições de pesquisa do Estado solicitando informações sobre uma série de quesitos relacionados ao assunto. "Foram obtidas quase quinhentas respostas — informa Marco Cecchini — o que demonstra claramente a validade do plano da FAPESP de apoiar financeiramente a construção, a duplicação e o aperfeiçoamento de protótipos com o objetivo de promover a nacionalização do equipamento menos sofisticado empregado na pesquisa. Quase noventa por cento dos respondentes demonstrou interesse por um Catálogo de Protótipos que viesse a ser produzido pela FAPESP para, posteriormente, se fosse o caso, candidatar-se a auxílios que lhe permitisse a duplicação".

Dessas quinhentas respostas, foram identificados 349 protótipos sendo, para cada um dos autores, enviado um novo formulário solicitando informações complementares e autorização para sua inclusão no Catálogo. As 224 respostas obtidas compõem o Catálogo.

## ORGANIZAÇÃO

"Em primeiro lugar — explica Marco Cecchini — é preciso esclarecer que por

## Conselho dos vices: novos métodos para melhor administrar

Em junho do ano passado foi criado o conselho de vice-diretores, organismo não oficial que se reúne regularmente a cada dois meses. A iniciativa de sua formação foi dos próprios vice-diretores das unidades.

A diretoria do conselho é integrada pelos professores Cecílio Linder (presidente) do IBBMA — Botucatu, Cirano Rocha Leite (vice-presidente) do IQ-Araraquara, Nelson Moreira de Carvalho (secretário) da FCAV-Jaboticabal e Vagner José Oliva (tesoureiro) da FE-Guaratinguetá.

O principal objetivo do conselho é a troca de informações e experiências sobre assuntos das câmaras de graduação das unidades, cuja presidência é atribuição do vice-diretor. O professor Cecílio Linder esclarece, no entanto, que a atuação do organismo pode ser mais ampla: "nós tratamos da Universidade em geral, sempre procurando discutir novos métodos para melhor administrar as três vertentes da UNESP — ensino, pesquisa e extensão".

## A participação da UNESP

Do total de 224 protótipos catalogados pela FAPESP, 26 são de autoria de pesquisadores da UNESP.

A área em que essa presença mais se destaca é a de Ciências Agrárias, cuja proporção é de quase 50%, ou seja, do total de dezessete protótipos, sete são da UNESP. Em segundo lugar, com 25%, fica a área de Ciências Biológicas, onde de 47, doze são UNESP. Em menor proporção estão as áreas de Química, com quatro, Ciências da Saúde, Engenharia e Física, com um protótipo cada.

'protótipo' entende-se não apenas o equipamento completo, mas também acessórios e simples dispositivos". Além disso, embora o levantamento de dados realizado inicialmente fizesse referência expressa a protótipos de pesquisa, foram também recebidos dados de protótipos destinados ao ensino, sendo incluídos os dois tipos no Catálogo.

A descrição de cada protótipo compreende:

- nome do protótipo;
- nome(s) do(s) autor(es) e endereço;
- finalidade principal do protótipo;
- operacionalidade (idade do protótipo e suas condições de uso);
- condições de duplicação (se pode ser realizada pelo próprio autor, pelo pesquisador interessado ou por firma de prestação de serviços e em que condições);
- características (dados gerais de construção ou operação, ilustrados por fotos ou esquemas).

Os protótipos foram subdivididos nas

seguintes grandes áreas: Astronomia, Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Engenharia, Física e Química. Embora outras áreas também tivessem sido consultadas, foram obtidas respostas somente dessas. O critério de inclusão do protótipo numa certa área foi quase sempre baseado na natureza da Instituição a qual o autor está vinculado. Dentro de cada área os protótipos são citados por ordem alfabética de seus nomes.

## PARA DUPLICAÇÃO

Por razões econômicas, a tiragem do Catálogo foi limitada e sua distribuição exclusiva às bibliotecas das instituições de pesquisa. Na UNESP, pode ser consultado nas bibliotecas da FO — campus de Araraquara, IQ e FO — de Araraquara, FCA e FMVZ — de Botucatu, FE — de Guaratinguetá, IB — Rio Claro e IBILCE — de São José do Rio Preto.

Havendo interesse na duplicação de algum protótipo construído por outro pesquisador, deve-se entrar em contato com o autor (de acordo com as condições de duplicação) e, se for o caso, preparar um pedido de auxílio financeiro à FAPESP, através do formulário convencional de "Auxílio à Pesquisa" da entidade, informando qual a função do protótipo no plano de pesquisa proposto, as condições de duplicação acertadas com o autor, o montante de recursos necessários e o prazo para a realização do projeto.

Segundo o autor do Catálogo, não há previsão de novas edições por enquanto, mas os pesquisadores que tiverem interesse em catalogar novos protótipos devem encaminhar descrição do trabalho à Diretoria Científica da FAPESP (rua Pio XI, 1500 — CEP 05060 — São Paulo).

## IBBMA faz doação para Ibilce

O "banco de trocas" — sugerido e incentivado pela Assessoria de Planejamento da reitoria como forma de otimizar o uso de equipamentos da Universidade — continua dando bons resultados. O IBILCE recebeu do IBBMA uma aparelhagem completa para eletroforese de alta voltagem, que será instalada no Centro de Referência de Hemoglobinas

e servirá para para análises específicas de péptidos e aminoácidos.

O equipamento — que não estava sendo plenamente utilizado no IBBMA — possibilitará ao Centro de Referência atender com maior eficiência as solicitações de análises de hemoglobinopatias enviadas por hematologistas e geneticistas de todo o país, e será utilizado também nas atividades de ensino.

## Jaboticabal inaugura Centro Infantil

Inaugurado no dia 20 de fevereiro, já está em funcionamento o Centro de Convivência Infantil da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias — campus de Jaboticabal. Atualmente, 20 crianças, com idade entre dois e quatro anos, já frequentam o CCI, que tem capacidade para atender até 35 filhos de professores e funcionários durante o período de trabalho.



## Especialista da Alemanha visita a Universidade

Esteve em visita ao IBILCE, por um período de duas semanas, o professor Peter Albrecht, da Universidade de Dortmund, Alemanha Ocidental, especialista de reconhecimento internacional em tratamento numérico de equações diferenciais. A vinda do professor ao Brasil — onde permaneceu durante seis semanas — foi patrocinada conjuntamente pela Fapesp, UNESP e USP.

No IBILCE, Peter Albrecht fez seminários de divulgação das suas pesquisas mais recentes, proferiu palestras para estudantes e deu prosseguimento na orientação de doutorado a dois docentes do Instituto.

## Docentes em atividades

• A professora Maria Lucia Ribeiro, do Departamento de Química do IQ — campus de Araraquara, participou da XII Conferência de Química, realizada no período de 27 a 30 de janeiro, em Santiago de Cuba, apresentando o trabalho "Procedimientos para el Análisis de Resíduos de Plaguicidas Organoclorados Adecuados a la Realidad Brasileña". Entre 2 a 6 de fevereiro, Maria Lucia estagiou no Programa de Contaminação Ambiental do Instituto Nacional de Investigaciones sobre Recursos Bioticos (INIREB), em Xalapa, no México.

• O professor Antonio Carlos Masabni, do Departamento de Química Geral e Inorgânica do IQ — campus de Araraquara, foi aprovado, com a média 9,85, no Concurso realizado nos dias 23 e 24 de março para provimento de um cargo de Professor Titular do Departamento.

• O professor Paulo G. Windisch, do Departamento de Botânica do IBILCE — campus de São José do Rio Preto, viajou no dia 12 de março para a Dinamarca, onde está estagiando como pesquisador visitante no Instituto de Botânica da Universidade de Aarhus, devendo permanecer até julho.

• O professor Cândido Giraldez Vieitez, do Departamento de Sociologia e Antropologia da FEFCS — campus de Marília — está realizando estágio de pós-doutorado na Universidade de Madrid, onde permanecerá até novembro deste ano.

## Biblioteca atualiza jogo de microfichas

A biblioteca do IQ — campus de Araraquara — já está com o jogo de microfichas do Catálogo Nacional de Publicações Seriadas, com atualização dos dados até 1986. O catálogo arrola títulos de publicações periódicas especializadas existentes em cerca de mil bibliotecas nacionais e estrangeiras.



## Agenda

- De 1/4 a 17/6. Curso de extensão "O Neo-Realismo e Tendências Literárias Correlatas", promovido pelo Centro de Estudos Portugueses "Jorge de Sena", do Departamento de Literatura do ILCSE — campus de Araraquara.
- De 2/4 a 18/5. Curso de extensão "Antropologia da Medicina e da Saúde no Brasil", promovido pelo Departamento de Sociologia e Antropologia da FEFCS — campus de Marília.
- De 6 a 9/4. XII Encontro dos Grupos Temáticos do "Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura", promovido pelo Departamento de Economia Rural da FCA — campus de Botucatu. Será realizado no Centro de Treinamento da CATI-SAA (Av. Brasil, 2340 — Campinas) e terá como tema central "Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola: Balanço e Perspectivas para a Constituinte".
- De 6 a 10/4. I Encontro de Geógrafos da América Latina, promovido pelo IGCE — campus de Rio Claro. Será realizado em Águas de São Pedro.
- 19/4. Apresentação do Conjunto de Instrumentos Antigos do IAP — São Paulo, às 10 h, no Teatro João Caetano (rua Borges Lagoa, 650 — V. Mariana, São Paulo). Entrada franca.
- 30/4. Estarão abertas, até essa data, as inscrições para o "Concurso de Logotipo" da FE — campus de Ilha Solteira. Os interessados poderão obter maiores informações pelo telefone (0187) 62-3113, ramais 7 e 1 ou na própria Faculdade (av. Brasil, 56).
- 2 e 3/5. Congresso de Universitários Cristãos, no ILCSE — campus de Araraquara. Informações com Sônia (011) 35-5053 ramal 160.
- De 3 a 8/5. 1º Workshop Brasileiro de Bioclimatologia Animal na FMVZ — campus de Botucatu. Informações com professor Flávio Baccari Jr., pelo telefone (0149) 22-3883 ramal 42.
- De 4 a 8/5. XII SECITAP — Semana de Ciência e Tecnologia Agropecuária, com o I Encontro de Pesquisas Agrárias e Veterinárias. Promoção do Diretório Acadêmico "Fernando Costa" da FCAV — campus de Jaboticabal. Informações pelo telefone (0163) 22-4000.
- De 18 a 22/5. Curso de atualização "Fertilidade do Solo", promovido pelo Departamento de Agricultura da FE — campus de Ilha Solteira, Associação Brasileira para a Pesquisa de Potassa e do Fosfato e Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas. Informações no Departamento de Agricultura da FEIS, telefone (0187) 62-2179.

## Criado curso de Computação no IBILCE

O Conselho Universitário aprovou a criação do curso de Ciências de Computação, que começará a funcionar em agosto próximo ou em março do ano que vem no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — IBILCE — do campus de São José do Rio Preto. Serão oferecidas trinta vagas e o currículo deverá ser cumprido no período mínimo de quatro anos.

A criação do novo curso atende ao plano de expansão da UNESP, uma vez que uma das preocupações do reitor Jorge Nagle é ampliar a oferta de ensino superior público e gratuito no Interior do Estado, onde estão localizados treze dos quatorze campus da Universidade. No caso de Ciências de Computação, foi escolhido o campus de Rio Preto tanto em função do atendimento a uma região que ainda não conta com cursos semelhantes como da estrutura já existente no IBILCE, notadamente quanto ao corpo docente.

Outras três unidades (IPEA-Prudente, IBBMA-Botucatu e IGCE-Rio Claro) também pleiteavam curso semelhante. O C.O., no entanto, entendeu que a proposta do IBILCE estava mais voltada para a formação ampla do profissional de computação, enquanto as demais se restringiam a setores específicos, normalmente direcionados para a área de atuação da própria unidade.

Assim, o programa do curso estará voltado para Matemática, Física e Com-



Os professores Sabastião Pereira, Odelar Leite Linhares e Antônio Espada Filho são alguns dos responsáveis pelo curso de Computação.

putação — bases para formar especialistas de espectro amplo. "Os formandos poderão optar pela carreira universitária, por trabalhar em fábricas de computadores (onde desenvolverão novas tecnologias) ou ainda atuar em centros de processamento de dados de toda espécie", explica o diretor do IBILCE, professor Antônio Espada Filho.

O projeto do curso prevê a instalação de vinte micro-computadores do tipo PC para fins didáticos; os alunos poderão se utilizar também de um supermini da unidade de processamento de dados do

IBILCE, a ser instalada segundo prevê o Plano de Informática da UNESP.

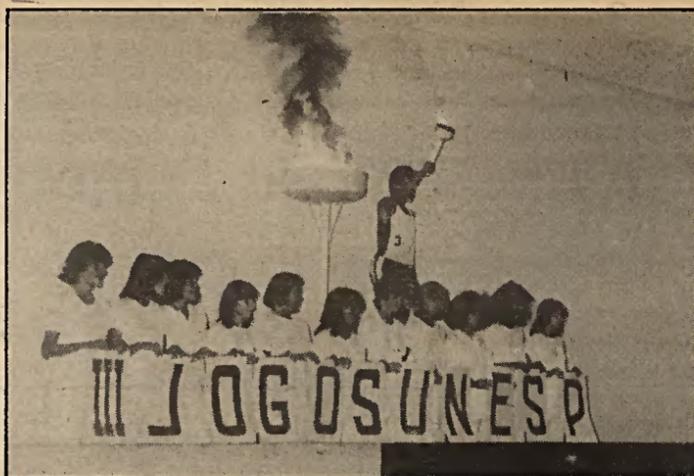
Com a colaboração dos departamentos de Matemática e Física, a responsabilidade do curso será do departamento de Análise Numérica e Estatística. A implantação está sendo coordenada pelo professor Odelar Leite Linhares, do IBILCE, que já possui experiência no assunto: implantou os cursos de Ciências da Computação na UNICAMP, em 1970, e na USP (campus de São Carlos) em 1976.

## Mais uma vez, os Jogos da UNESP

Terão início no mês que vem as disputas dos IV Jogos Universitários da UNESP, evento que, com apoio da Reitoria, é organizado pelos professores de educação física e reunirá alunos de todas as unidades.

A primeira fase — eliminatória — será disputada em maio e junho, organizada em nível regional: Região I, reunindo os campus de Araçatuba, Ilha Solteira e São José do Rio Preto; Região II, Araraquara, Jaboticabal e Franca; Região III, Presidente Prudente, Assis e Marília; Região IV, Botucatu e Rio Claro; e Região V, São José dos Campos, Guaratinguetá e São Paulo.

Cada região organizará o seu próprio sistema de disputa, devendo, até meados de junho, já ter definidos os campeões regionais de cada modalidade. Estes, irão disputar a fase final em Jaboticabal, nos dias 30 e 31 de outubro e um e dois de novembro.



Cerimônia de encerramento dos III jogos Universitários.

Além das modalidades que fizeram parte dos jogos anteriores realizados em 1985, quando o campus de Rio Claro sagrou-se campeão geral — a novidade fica por conta da inclusão do xadrez. As demais são: atletismo (masculino e feminino), basquete (M/F), futebol de campo (M), futebol de salão (M), natação (M/F) e vôlei (M/F).

## Araraquara comemora a Semana do Índio

O Centro de Estudos Indígenas, do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia do ILCSE — campus de Araraquara — promoverá este mês uma série de eventos culturais em comemoração à Semana do Índio.

Serão realizadas duas exposições de fotografias, uma no ILCSE, no período de 21 a 30 de abril, e outra na Casa da Cultura, de 19 a 25. Além disso, entre os dias 22 e 30, tam-

bém no ILCSE e na Casa da Cultura, será promovido o Ciclo de Filmes "O Índio no Cinema". No Museu Histórico e Pedagógico "Voluntários da Pátria", haverá no período de 22 a 30 exposição de artesanato "O Índio: Imagem e Vida", exposição de livros infanto-juvenis, projeção de áudio-visuais sobre o índio para turmas de escolares da rede municipal e um concurso de desenho infantil.

## Neste mês, os corais estarão em Botucatu para mais um Encontro

Nos dias 25 e 26 de abril, cerca de quinhentos integrantes dos quatorze corais de cada um dos campus da UNESP, mais os corais da Reitoria e o da FATEC-São Paulo, estarão reunidos no campus de Botucatu, sob a coordenação do maestro Samuel Kerr do IAP, para o XI Encontro de Corais da UNESP.

No dia 25, haverá uma apresentação para o público local, quando serão lembrados compositores da cidade como Angelino de Oliveira, Raul Torres e Serrinha. "Vamos valorizar os compositores da terra — explica Samuel — fazendo um paralelo desses compositores com Villa-Lobos, cuja formação musical é também popular".

Samuel Kerr adianta também que, para cada letra da palavra "Botucatu" corresponderá coros de duas cidades. "A partir dessa disposição serão feitas todas as articulações necessárias para o desenvolvimento do programa", esclarece. Além disso, em homenagem à cidade que comemora seu aniversário, será feita uma montagem em cima do seu nome que é originado da palavra indígena "ibitucatu", que quer dizer "bons ares".

A apresentação de sábado será às 20h30 no Botucatu Tênis Clube e, no domingo, será na Fazenda Lageado, às 10h.

# Avaliação da universidade começa na EESC

Os planos iniciais da Subsecretaria de Política de Educação Superior do MEC, que previam a aplicação do primeiro questionário voltado para a avaliação da universidade — no caso, a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), da USP, não deram totalmente certo: os questionários não ficaram prontos. Isso, no entanto, não impediu que o primeiro passo rumo à elaboração do “plano piloto” fosse dado. Os nove membros da Comissão de Especialistas de Engenharia (CEEng) estiveram na EESC nos dias 23 e 24 de março, quando visitaram todos os departamentos e realizaram duas reuniões abertas com professores e alunos como forma de debater a questão da avaliação.

Os questionários estão sendo elaborados pelo IUPERJ — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, sob coordenação de Sérgio Costa Ribeiro, representante do GERES — Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior, a partir de outros dois instrumentos: um desenvolvido pela UFRJ e outro pelo PARU — Programa de Avaliação da Reforma Universitária. “O que seria feito aqui na EESC — explica o professor Marcius Fantozzi Giorgetti, diretor da escola e membro da CEEng — seria submeter o próprio questionário a uma ‘calibração’. A partir das respostas da comunidade e de sua análise, seriam corrigidos os eventuais problemas. Iríamos, então, para uma segunda fase, prevista para a Universidade Federal da Bahia, de ‘validação’ do instrumento que, novamente modificado, seria reaplicado, reafirmado e só depois levado à uma comunidade experimental, composta por dez instituições. Esse seria o fim do plano piloto do projeto”.

Em função do atraso na sua elabora-



CHICO VECCHIA

A Comissão de Especialistas de Engenharia do MEC durante uma das sessões plenárias realizadas na EESC.

ção, a primeira aplicação dos questionários será realizada no final de abril na UFBA, quando serão submetidos aos cursos de Engenharia Civil, Elétrica, Mecânica, Minas, Química e Sanitária. Além disso o diretor da EESC acrescenta que “a Comissão deseja fazer paralelamente, através de outros canais como a Associação Brasileira de Ensino de Engenharia (entidade desvinculada do MEC, mas com pessoas em comum), é estimular a auto-avaliação nas diversas instituições, onde cada uma optaria por formas diferentes de instrumentação para fazer sua avaliação”.

## ENGENHARIA EM FOCO

Já no Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia, realizado no ano passado, foi enfatizado a necessidade de se pensar numa estrutura de avaliação das escolas, considerando que: 1º) cada escola deveria ter seu próprio processo de avaliação; 2º) a situação da área de Engenharia no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, deveria ser mais profundamente e de forma global analisada pelo MEC (não visando a penalização das escolas de menor qualidade, mas a criação e meios para sua melhoria). Paulo

Alcântara Gomes, da UFRJ, coordenador da CEEng e presidente da ABEEng, comenta que “a estratégia utilizada para validar esses critérios propostos são reuniões, como as que foram realizadas no Rio e em Brasília, esta na EESC e a próxima em Salvador. Nesse processo, os questionários são os meios de concretização dos critérios. A idéia básica — afirma — é criar uma estrutura de apoio às universidades na área de Engenharia, de maneira a estimular uma avaliação global e detectar alguns parâmetros que sejam definidores da melhor ou pior qualidade do ensino”.

## MODELO IDEAL

No caso específico da engenharia, a Comissão levantou alguns critérios que considera como básicos para determinação da qualidade de um curso da área:

- **Flexibilidade:** o curso deve permitir um grande espectro de possibilidades de se cursar disciplinas de várias áreas do conhecimento em função dos próprios interesses e necessidades de formação.
- **Interdisciplinaridade:** não se fala mais em áreas clássicas da engenharia como mecânica e elétrica, e sim em áreas interdisciplinares como biotecnologia,

informática, instrumentação eletrônica etc, que transcendem as áreas específicas. O currículo deve ter esta característica.

- **Vocação:** a escola deve encontrar suas próprias vocações, definindo uma estrutura e formando profissionais segundo as necessidades da comunidade.

- **Estrutura leve em termos de carga horária:** permita que o aluno tenha muitas atividades extra-classe, onde estará desenvolvendo ciência. Para isso é preciso que a escola apresente, além de uma carga horária não muito elevada, uma série de programas paralelos como de extensão, de iniciação científica, de monitoria, de capacitação etc.

- **Formação científica e humanística:** não se pode pensar em um engenheiro que não entenda de economia, por exemplo, que não tenha uma visão mais profunda do seu papel social, da importância da máquina e do computador, da questão do meio-ambiente etc.

“Uma escola que atenda a esses níveis, seguramente vai caminhar para ter um bom currículo”, acredita o coordenador da CEEng, ressaltando que estas são apenas algumas proposições levantadas pela Comissão e que estão sendo submetidas ao debate junto à comunidade. “O objetivo do questionário, nesse momento, não é saber como serão feitas as coisas mas saber se aquilo que estamos pensando interessa às escolas e se esses parâmetros servem para medir aquilo que se entende por qualidade” — conclui.

A Comissão de Especialistas de Engenharia — CEEng é composta por Augusto Cesar Gadelha Vieira (UFRJ), Aristides Athayde Cordeiro (CONFEA), Francisco Luiz Dana (SESU/MEC), Fredmarck Leão (EFEL-Itajubá), Hernani Sávio Sobral (UFBA), Marcius Fantozzi Giorgetti (EESC-USP), Marco Cecchini (ITA), Paulo Alcântara Gomes (UFRJ) e Ruy Vieira (SESU/MEC).

Apesar das ressalvas, dúvidas e preocupações que ainda pairam entre professores e alunos da EESC com relação à avaliação, há consenso quanto à necessidade de um sistema que vise a melhoria da graduação no país.

Segundo Carlos Alberto Ferreira Martins, professor do curso de Engenharia e do recém-criado curso de Arquitetura da EESC, além de membro da diretoria nacional da Andes durante os dois últimos mandatos, a avaliação de desempenho da graduação é algo que vem ocupando não só o MEC, mas também os docentes do país inteiro. Para ele, “se pensarmos nas dimensões do sistema universitário atual, que envolve algo da ordem de um milhão e 200 mil alunos, cerca de 100 mil docentes, milhares de estudantes de pós-graduação e, enfim, um volume de recursos sociais, quer dizer, da população, é evidente que deve haver um mecanismo de verificação da pertinência de sua utilização. A sociedade paga — e paga caro — para manter o sistema universitário que, no mínimo, deve servir a essa sociedade”. Agnaldo Calda Farias, também professor na Engenharia e Arquitetura, membro da Congregação e diretor do Centro Cultural do campus, concorda com essa visão, acrescentando que hoje não há um compromisso da universidade com a sociedade: “a autonomia universitária não pode servir de alibi para não se prestar contas. A universidade com a sociedade. “a autonomia universitária não pode servir de alibi para não se prestar contas. A universidade tem compromisso com o livre-pensar e o direito

## As reações da comunidade

de questionar paradigmas, mas deve reverter sua produção para a sociedade”.

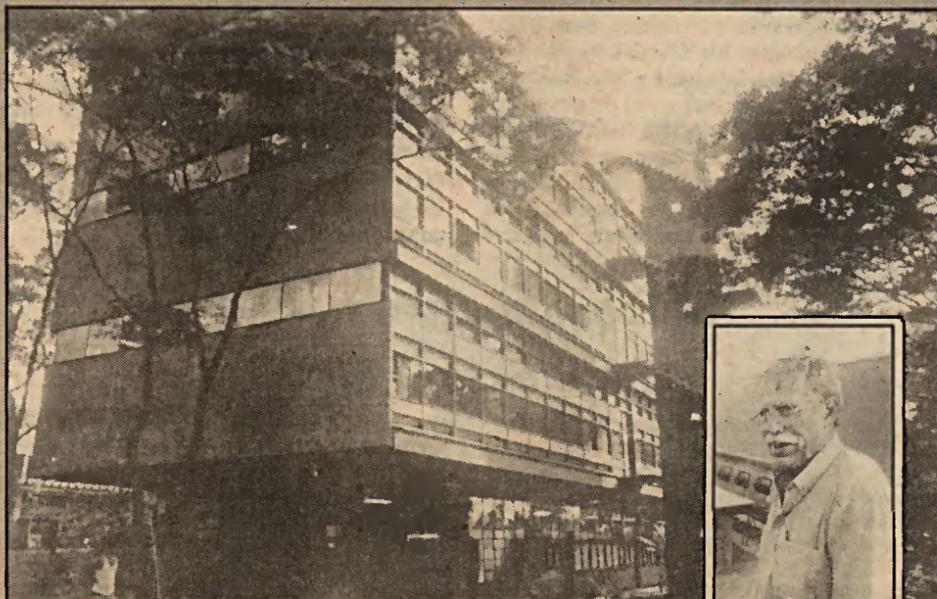
Outro professor, Eugênio Foresti, do Depto. de Hidráulica e Sanemanento e também presidente do Grupo de Trabalho “Didática, Cultura e Informação”, acha também que “seria difícil a universidade responder aos anseios da sociedade, da qual está tão distante, sem que haja um veículo para tal. Acredito que essa interferência externa, via MEC, provoque uma mobilização

da comunidade para definição da vocação da universidade e do que seria um modelo ideal para a graduação”. Para Foresti, a avaliação, nessa etapa inicial, deve servir para diagnosticar o que seria esse modelo ideal, a partir do qual se corrigiriam rumos e redefiniriam programas. Ele lembra, a partir de sua experiência como coordenador da pós-graduação, que a Capes tinha muito claro o que seria considerado ideal em termos de pós e sua avaliação partia desses pressu-

postos. “Pode-se até questionar o modelo, mas só a partir dele é possível estruturar parâmetros para uma avaliação”.

Com relação também à avaliação da Capes, Martins lembra que se a avaliação que está sendo proposta pelo MEC for coerente com as propostas de onde teve origem, ou seja, nas recomendações do GERES e do PARU, então seu objetivo será o de distinguir as universidades em categorias, como a que é feita na pós-graduação. “No caso da graduação — acredita Martins — uma avaliação orientada nesse sentido será prejudicial pois poderia cristalizar as condições precárias das universidades não classificadas como centros de excelência. Seria o mesmo que diagnosticar que o doente está em péssimas condições de saúde e que, portanto, deve deixar de comer”, compara. “Seria uma avaliação que apenas justificaria a já precária condição financeira da universidade”.

Assim como para Martins, Felix Pintor Agra, quintanista de Engenharia Civil, membro do CAASO — Centro Acadêmico Armando Sales Oliveira, e representante discente no C.O., os problemas da universidade situam-se num plano macro-estrutural, na medida em que a educação continua não sendo prioridade governamental. “Não adianta avaliar se não há vontade política para mudar”, diz. De qualquer maneira, acredita ser válida a tentativa do MEC em estruturar a avaliação consultando a comunidade pois “apesar da atual fraqueza do movimento estudantil — afirma — os alunos são os grandes interessados na melhoria da qualidade da graduação no país”.



Marclo Giorgetti, diretor da EESC.